

EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário lança a edição de julho de 2018 da revista eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura*, com as partes fixas do Panorama Econômico e Indicadores, três artigos sobre a conjuntura econômica e política do país e uma incursão regional.

O primeiro texto descreve o quadro de apatia da economia brasileira, reforçado pelo clima de incertezas acoplado ao cenário eleitoral. A segunda abordagem analisa o recente atrito entre o pré-candidato à presidência da república, Jair Bolsonaro, e os economistas do Paraná, veiculado pelo Jornal Gazeta do Povo. Já, a terceira reflexão levanta os aspectos explicativos da estagnação do crédito bancário no Brasil.

Por fim, em uma contribuição de caráter regional, as estudantes do quarto ano do Curso de Economia da FAE, Alessandra Cheua e Emely Moraes, avaliam a competitividade da economia do Paraná na presente década, destacando o papel exercido pelos incentivos fiscais concedidos pelo Programa “Paraná Competitivo”.

Ótima leitura.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.

Participações Especiais



Alessandra Cheua

Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da FAE.



Emely Moraes

Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da FAE.

APATIA ECONÔMICA E INCERTEZAS ELEITORAIS

Gilmar Mendes Lourenço

Em um prazo inferior a três meses, as avaliações dos mercados acerca do prosseguimento da moderada recuperação da economia brasileira - depois do escape da mais longa e profunda recessão da história, marcada por declínio de 8,5% do produto interno bruto (PIB), entre abril de 2014 e março de 2017 - acusaram expressivo arrefecimento a par do retorno da gangorra nos ativos de risco (dólar e ações).

Tanto é assim que as projeções de evolução do PIB do país para o corrente ano, provenientes da pesquisa Focus, obtidas a partir de consulta semanal realizada pelo Banco Central (BC) junto a mais de cem instituições financeiras, caíram de 2,9% para 1,6% entre o começo de abril e o final de junho de 2018.

A inquestionável reversão das expectativas favoráveis, manifestadas pelos agentes econômicos, repousa em alguns fatores de natureza econômica e política. Pelo ângulo econômico emerge a influência exercida pelas perspectivas de emagrecimento do bônus global, com risco de interrupção do ciclo ascendente registrado desde 2010, por conta da combinação entre forte variação dos preços do petróleo, dos níveis de inflação e dos juros e, por extensão, valorização do dólar e desaceleração dos fluxos comerciais e financeiros.

Frise-se que a impulsão das cotações da matéria prima ícone da segunda revolução industrial deriva da diminuição voluntária de produção, por parte da Arábia Saudita e Rússia, em resposta ao avanço da oferta norte-americana, associada aos ganhos de produtividade derivados da exploração de xisto, e da sinalização de descontinuidade de suprimento provocada pela decisão do governo dos Estados Unidos (EUA) de romper o acordo nuclear com o Irã e impor sanções comerciais aquela nação.

As expectativas de intensificação da tendência ascendente dos juros foram confirmadas com a decisão do Federal Reserve (FED), BC dos EUA, tomada na reunião de 13 de junho de 2018, de elevar as taxas básicas da faixa entre 1,5% a.a. e 1,75% a.a., para o intervalo entre 1,75% a.a. e 2,0% a.a., e sublinhar as chances de ocorrência de outras duas subidas ainda no presente ano, motivadas pela ampliação da barriga inflacionária atrelada à robusta reativação da economia e do mercado de trabalho. Enquanto o incremento do PIB e a taxa de desemprego chegaram a 3,0% a.a. e 3,8% da população economicamente ativa (PEA), respectivamente, a inflação americana está em 2,8% a.a.

Convém contemplar prováveis impactos da guerra comercial deflagrada pelo governo contra a China, materializada, a partir de julho de 2018, na imposição de sobretaxa de 25,0% sobre US\$ 50,0 bilhões de produtos importados do mercado chinês por residentes nos EUA.

Há também estudos para fixar sobretaxação de 10% a outros US\$ 200,0 bilhões de compras externas procedentes da China, barreira que poderá ser estendida a US\$ 400,0 bilhões, ou 90,0% das mercadorias produzidas no país asiático consumidas no mercado norte-americano, no caso de não elevação, pela China, das importações de itens fabricados nos EUA.

Em se confirmando o cenário de ajuste cadente da economia mundial, parece razoável supor que o Brasil terá, mais uma vez, perdido a oportunidade de percorrer os múltiplos caminhos da locomotiva expansiva, em função do desenvolvimento endógeno de patologias que abalaram os alicerces da macroeconomia e o funcionamento das instituições.

Em se confirmando o cenário de ajuste cadente da economia mundial, parece razoável supor que o Brasil terá, mais uma vez, perdido a oportunidade de percorrer os múltiplos caminhos da locomotiva expansiva.

No front econômico doméstico, a não viabilização de um processo de retomada mais encorpada pode ser imputada à definição política de interrupção da tramitação das reformas estruturais no congresso nacional, justificada providencialmente pela barreira constitucional representada pela intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, e à escolha do Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, de encerrar, na reunião de maio de 2018, a marcha de diminuição dos juros primários, iniciada em outubro de 2016, em flagrante contradição com as mensagens transmitidas pela autoridade monetária aos mercados e com visível temor dos eventos de fora.

Há também a influência exercida pela parada de onze dias dos caminhoneiros - que teria ocasionado prejuízos de R\$ 13,5 bilhões ao Tesouro Nacional e R\$ 60,0 bilhões ao conjunto do aparelho de negócios, conforme estimativas de entidades empresariais -, especialmente quanto à forma estapafúrdia de equacionamento capitaneada por um governo desprovido de apoio popular. Os estragos da greve nos indicadores da indústria de transformação brasileira podem ser visualizados na tabela 1.

TABELA 1 - BRASIL – TAXA DE VARIAÇÃO DAS VARIÁVEIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – MAIO DE 2018 - EM %

VARIÁVEL	MAIO/ABRIL	MAIO2018/MAIO2017
FATURAMENTO REAL	-16,7	-13,8
HORAS TRABALHADAS	-2,4	-1,1
EMPREGO	-0,6	0,6
MASSA SALARIAL REAL	-1,7	-2,4
RENDIMENTO MÉDIO REAL	-1,4	-3,0

FONTE: CNI

Decerto que o movimento teve raízes exógenas sintetizadas na já mencionada disparada do preço do barril de petróleo, que passou de US\$ 37,0, no final de 2015, para US\$ 45,0, em maio de 2017, e US\$ 80,0, em maio de 2018; na apreciação do dólar, em decorrência da sólida reação da economia dos EUA; e na perspectiva de elevação dos Fed Funds, corroborada em junho.

As origens domésticas da greve residiram na política de precificação da Petrobras, por meio da aplicação de um gatilho de reajustes quase diário, com viés de alta e em linha com as cotações internacionais e o comportamento do dólar; na retração da rentabilidade do transporte rodoviário, em face da subida do custo Brasil, com a deterioração da infraestrutura, e do encolhimento da demanda. Este último problema esteve intimamente associado ao prolongado panorama recessivo e ao aumento da concorrência com a impulsão da oferta de caminhões, com o uso de crédito subsidiado.

Mais especificamente, entre 2009 e 2018, o volume de veículos pesados em circulação aumentou mais de 40,0%, versus variação inferior a 11,0% do PIB, o que ocasionou pronunciada ociosidade da frota e contração dos preços dos fretes. Em outras palavras, há muita galinha para pouco milho.

A paralisação dos caminhoneiros reproduziu uma espécie de espetáculo dramático oferecido à sociedade brasileira em três atos.

A paralisação reproduziu uma espécie de espetáculo dramático oferecido à sociedade brasileira em três atos. O primeiro deles consistiu em uma autêntica viagem ao passado, forçando a lembrança dos anos 1980 e começo dos 1990, caracterizados por descontrole de preços, desabastecimento nos estabelecimentos de varejo e enormes filas nos pontos de revenda de combustíveis.

O segundo momento abarcou o presente, envolvendo a confirmação do sepultamento da gestão Temer – que faleceu em 17 de maio de 2017, com o vazamento dos áudios de conversas com o empresário Joesley Batista -, fruto da insuficiente competência para percepção e compreensão do conteúdo da questão em jogo e incapacidade de antecipação e reação

aos fatos. Não bastasse a escassa credibilidade do executivo, chamou atenção o equívoco de foco nas negociações, realizadas com agentes laranjas, desvinculados da representação plena da categoria.

Em vez de amparados na formulação de sugestões de desencadeamento de discussões que priorizassem a derrubada da estrutura de mercado setorial imperfeita, representada por monopólio no refino e oligopólio na distribuição, os acertos para a cessação da paralisação dependeram de uma iniciativa “tapa buracos”.

Houve a designação de redução de R\$ 0,46 do preço do diesel nas refinarias, sendo 34,8% (R\$ 0,16), oriundo da zeragem da Cide e PIS/Cofins e do retorno da oneração da folha de salários das empresas (exceto aquelas dedicadas ao transporte rodoviário de cargas), aprovado pelo senado da república, e 65,2% (R\$ 0,30), proveniente do Orçamento Geral da União (OGU), com repasse de R\$ 10,0 bilhões à Petrobras.

Foi também determinado o congelamento dos preços do diesel por sessenta dias, seguidos por atualizações mensais, conforme os critérios atuais, a garantia de transporte de 30,0% das cargas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por caminhoneiros autônomos, a folclórica fixação da tabela de fixação de tabela mínima para fretes, que fere os princípios constitucionais da livre iniciativa, e a isenção de cobrança de tarifas de pedágio do eixo suspenso para os caminhões que transitarem vazios.

Não por acidente, a popularidade do governo intensificou o curso ladeira abaixo, chegando, em junho de 2018, a 3,0% de aprovação, de acordo com pesquisa do instituto Datafolha, a menor exibida por um mandatário desde a redemocratização de 1985, superando o artifice da hiperinflação de 1989, José Sarney, e os impedidos Collor (1992) e Dilma (2016). A reprovação do governo alcançou os patamares recordes de 82,0%, contra 70,0%, em abril de 2018.

A terceira situação permitiu enxergar (ou não) as estradas do futuro, pavimentadas pelos ensaios protagonizados na pré-campanha eleitoral. Neste e nos demais assuntos de interesse coletivo, é fácil perceber um silêncio sepulcral de praticamente todos os candidatos à presidência, com chances de hospedagem no segundo turno, segundo as principais sondagens de opinião, gerando um estado de desânimo generalizado.

Na verdade, é prudente reconhecer a ocorrência de um repúdio social à classe política, sobretudo com as múltiplas investigações e desdobramentos da Operação Lava Jato, que serviram para desnudar as articulações promíscuas celebradas entre políticos e empresários, que amparavam as campanhas eleitorais há décadas no Brasil.

Na mesma linha, predomina a impressão de falta de firmeza e perfil dos postulantes para entusiasmar e/ou convencer os potenciais votantes a respeito da capacidade de enfrentamento das adversidades que afligem o país, em razão das feições oportunistas, com mudança de posição ao sabor das conveniências, e frágil qualificação.

As propaladas semelhanças entre o pleito eleitoral de 2018 com aquele realizado em 1989 resumem-se no número exagerado de contendores e na conjuntura de enorme reprovação ao presidente de plantão.

A propósito disso, as propaladas semelhanças entre o pleito eleitoral de 2018 com aquele realizado em 1989 resumem-se no número exagerado de contendores e na conjuntura de enorme reprovação ao presidente de plantão. Até porque, o nível dos participantes do pleito de 1989 era incomparavelmente superior ao dos atuais.

Naquela época, as opções começavam com a fração centro-esquerda, lideradas pelo Senhor Diretas, presidente do Congresso Constituinte de 1988, doutor Ulisses Guimarães, do PMDB, e o senador nacionalista Mário Covas, do PSDB. As alternativas prosseguiram com as figuras de direita, representadas pelo ruralista Ronaldo Caiado (PSD), o empresário Guilherme Afif Domingos (PL) e Aureliano Chaves, vice-presidente do derradeiro governo militar, entre 1979 e 1985. Por

fim, a incursão de esquerda autêntica era representada por Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986. Convém sublinhar que a democracia brasileira propiciou o cotejo entre Collor e Lula, no segundo turno.

Nos dias de hoje, por enquanto, constitui tarefa hercúlea a identificação das linhas gerais das plataformas ou propostas dos pré-candidatos que, aparentemente, estariam à espera do desfecho do episódio eleitoral para a feitura de manifestações concretas e consistentes, revelando incapacidade de fixação de posições

sobre temas espinhosos, notadamente no que se refere à finitude dos recursos públicos empregados, por exemplo, para subsidiar o consumo de combustíveis em detrimento de investimentos em educação básica visando à minimização da multiplicação da produção de alunos que não sabem fazer contas nem compreendem o que leem.

O mais gritante, no entanto, é a preferência dos candidatos em não reconhecer o ambiente provável de 01.01.2019, resumido na enfermidade provocada por escassez de recursos, caos fiscal e desconfiança dos investidores, cuja cura exige a prescrição de um remédio amargo com o princípio ativo das reformas necessárias à conquista do reequilíbrio financeiro do estado.

O desempenho desprezível nos inquéritos eleitorais dos identificados com a suposta renovação e a fragmentação do centro democrático pode limitar a disputa de um lugar no palco da segunda rodada de outubro de 2018 a duas opções de segregação, embaladas por uma nostalgia populista: Jair Bolsonaro e Ciro Gomes (requerente do espólio ou da lacuna deixada por Lula, que caiu na armadilha da Lei da Ficha Limpa).

Mesmo assim, não se devem desprezar as chances de subida do eixo moderado, que enfeixa os nomes de Marina Silva, se esta conseguir extrapolar o terreno da “onda verde”, e Geraldo Alckmin, respaldado pela mistura entre sólida experiência administrativa e extenso tempo de propaganda na televisão.

BRIGA DE FOICE: BOLSONARO VERSUS ECONOMISTAS DO PARANÁ

Gilmar Mendes Lourenço

Em nota divulgada na edição de 19 de junho de 2018, do jornal Gazeta do Povo, o Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon-Pr) rechaçou, de maneira veemente, as observações feitas pelo pré-candidato à presidência da república pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, em entrevista concedida para o mesmo veículo de comunicação em 13 de junho.

Apesar de reconhecer e demonstrar publicamente enorme déficit de conhecimento e capacidade de compreensão de aspectos relativos à economia, mesmo contando com apoio de um excelente e experiente profissional do ramo, o liberal Paulo Guedes, o postulante ao cargo de mandatário do país, sentiu-se bastante confortável para imputar a responsabilidade pelas sucessivas crises brasileiras aos economistas e ao malogro de seus planos.

A figura de Bolsonaro, com forte probabilidade de passagem para o segundo turno no pleito de 2018, a julgar pelas sondagens de opinião dos principais institutos de pesquisa (Datafolha e Ibope), expressa o desejo, manifestado por parcela nada desprezível da sociedade brasileira, de retorno de um regime político centrado no radicalismo de direita, materializado na participação ativa das instituições militares, defendida majoritariamente por agentes sociais detentores de noções bastante distorcidas do cotidiano nacional dos tempos da ditadura, vigente entre 31 de março de 1964 e março de 1985.

O candidato tem se notabilizado pela intenção de não exposição a riscos ou de minimização das chances de rejeição, com a permanente recusa em participar dos debates de primeiro turno e a sonegação de informações detalhadas da plataforma de campanha e, principalmente, das propostas de medidas econômicas a serem executadas em caso de êxito eleitoral.

O primitivismo genérico empregado por Bolsonaro para desqualificar os economistas poderia ser aplicado a qualquer outra classe profissional.

Na verdade, o primitivismo genérico empregado para desqualificar os economistas poderia ser aplicado a qualquer outra classe profissional. Mais precisamente, em algum momento Bolsonaro poderia culpar os professores pela falência da educação, os engenheiros e caminhoneiros pela deterioração da infraestrutura de transportes, os médicos pelo caos na saúde pública, os veterinários pela gripe aviária e peste suína, dentre outras metástases produzidas por mais um câncer político a ser extirpado pela democracia brasileira.

Considerando tratar-se de um ser destituído daquelas condições mínimas necessárias para a formulação e negociação de um projeto de nação, em suas múltiplas facetas, a despeito do potencial eleitoral aferido pelas instâncias de

investigação do comportamento social, contestar Bolsonaro em posições assumidas em assuntos econômicos afigura-se tarefa tão fácil que poderia ser comparada a chutar animais raivosos mortos.

No entanto, é prudente apreender que o conteúdo da resposta emitida pela entidade de representação dos economistas traduz uma visão parcial e equivocada no que tange à presença e contribuição deste profissional nas ações de planejamento e construção do processo de evolução do capitalismo no Brasil e suas respectivas flutuações cíclicas, incluindo as marchas cadentes. Mais que isso, a defesa da tese de que o alcance da precária situação presente deriva da insuficiente participação de economistas constitui evidente falha primária de diagnóstico.

O conteúdo da resposta emitida pela entidade de representação dos economistas traduz uma visão parcial e equivocada.

Urge entender que a função básica do economista - elaborar estudos de viabilidade ou calcular, antecipadamente, as possibilidades de êxito de um projeto específico ou de toda a política econômica de um país – foi, não poucas vezes, subjugada no Brasil com o envolvimento do profissional em intrincados arranjos políticos gestados por alianças hegemônicas de poder, legitimadas ou não pelo voto popular.

A interferência decisiva de economistas em diferentes estágios da trajetória brasileira pode ser ilustrada com o Plano de Metas, implementado pelo governo Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1960 e calcado na internacionalização do crescimento do investimento, que teria produzido a figura do entreguista Roberto Campos (Bob Fields). No intervalo 1968-1973, o titular da fazenda na administração Costa e Silva – depois junta militar, com a morte de Silva, e Emílio Médici -, Delfim Neto, montou o chamado Milagre Econômico, caracterizado pela perversa conjugação entre enorme dinamismo econômico e intensa ampliação da desigualdade social.

Entre 1975 e 1979, Reis Veloso, ministro do planejamento de Geisel, viabilizou a cobertura financeira dos projetos de investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) com a captação dos petrodólares a juros flutuantes. Na sequência, no biênio 1979-1980, a dupla composta por Delfim Neto e Ernane Galvêas - ministros do planejamento e fazenda, respectivamente, da gestão Figueiredo -, após o choque do petróleo e dos juros, forçou exponencial expansão do consumo privado doméstico, na contramão da recessão global, e precipitou, por consequência, a crise do endividamento externo brasileiro.

Na segunda metade da década de 1980, a geração de economistas cruzadistas do governo Sarney, dedicados à perseguição da estabilidade macroeconômica amparada em congelamentos de preços e elevações dos salários reais médios acima das variações da produtividade do sistema, edificaram o quadro de superinflação de 1989-1990.

Em 1990, Zélia Cardoso de Melo, ministra da fazenda de Collor, assessorada por jovens economistas de distintos matizes, promoveu o maior confisco financeiro da história do capitalismo ou a maior intervenção do estado na economia brasileira que, além de ensejar enorme desorganização no ambiente de negócios, culminou em impedimento do presidente, no segundo semestre de 1992.

Em 1999, a nação foi palco da instituição da banda diagonal endógena da taxa de câmbio, executada pelo presidente do Banco Central, no início do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), Francisco Lopes, diante da necessidade de ajuste do Plano Real, que resultou em disparada da cotação do dólar e quebra dos bancos Marka e FonteCindam, apostadores na intocabilidade do real.

Por fim, a nova matriz econômica - sustentada por crédito farto e subsidiado ao consumo das famílias, em detrimento do investimento, renúncias tributárias a grupos empresariais amigos da rainha, e populismo tarifário e cambial - capitaneada por Guido Mantega (fazenda) e Dilma Rousseff (presidente), criaturas do ex-presidente Lula, redundou na impulsão do déficit e endividamento público que, escondida parcialmente por contabilidade criativa e pedaladas fiscais, transformou-se em campo fértil para a instauração do rito de impeachment da chefe de estado, em maio de 2016.

Não obstante a falta de percepção ou até negação do envolvimento direto de peças da categoria dos economistas em diversos episódios da marcha histórica do país, em muitos deles em flagrante dissociação com os elementos mais elementares da ciência-mãe, a iniciativa de reação imediata e corajosa do Corecon-Pr deve ser louvada.

Isso porque, o arrojo do Conselho esteve ancorado na contestação das afirmações irresponsáveis, proferidas pelo pré-candidato Bolsonaro, em clara tentativa de ridicularizar uma categoria social encarregada da aragem de campo extremamente complexo, sujeito a incontáveis injunções de natureza política, e desconhecido por ele próprio.

O engrandecimento da atitude do Corecon-Pr é igualmente oportuno ao se observar que a mesma prontidão e empenho estiveram ausentes, em abril de 2018, quando a autarquia federal revelou subserviência tácita à postura autoritária e partidarizada assumida pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), ao lançar uma carta aberta à nação, que conclamava a insurreição contra o “estado de exceção”, supostamente reinante no país.

*O Corecon-Pr revelou
falta de percepção do
envolvimento direto dos
economistas em diversos
episódios cadentes da
marcha histórica do país.*

A ESTAGNAÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

A conjuntura econômica brasileira permanece rechaçando, em simultâneo, as profecias catastrofistas, realizadas pelos fervorosos seguidores (discípulos), alguns até anunciadores (apóstolos), do ex-presidente Lula, desde o impedimento de Dilma Rousseff, em maio de 2016, e o otimismo exacerbado dos mercados, no transcorrer de quase toda a conturbada gestão Temer, amparado em desejos de escape da prisão recessiva e imediata passagem para o regime aberto de arrancada e sólida retomada do crescimento.

Para tristeza de ambos os lados, o ambiente de negócios do País continua navegando em mares de estagnação, fenômeno absolutamente natural da dinâmica cíclica do capitalismo, especialmente em estados desprovidos de políticas econômicas e/ou que, envolvidos em projetos voltados à perpetuação das alianças hegemônicas no poder, abdicaram da tarefa de formulação de visões e programas de longa maturação.

O cenário de fraqueza do crédito alocado ao setor privado no Brasil, atestado por estatísticas do Banco Central (BC), é o exemplo patético e prático dessa patologia. De acordo com a autoridade monetária, a proporção do volume de recursos emprestados pelas instituições financeiras às empresas permaneceu estagnada em 46,6% do produto interno bruto (PIB), entre março e maio de 2018, contra média de 48,2% do PIB, no mesmo período de 2017, e padrão mundial superior a 100,0% do PIB.

Esse desempenho é decorrência da combinação entre intensificação da seletividade dos ofertantes dos recursos de terceiros e cautela dos tomadores (organizações empresariais e consumidores), em uma atmosfera de insegurança e elevado custo do dinheiro.

Apenas a título de ilustração da postura defensiva dos demandantes, mesmo caindo de 64,3 pontos, em março de 2016, para 63,8 pontos, em março de 2017, o índice de medo do desemprego, estimado trimestralmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), permaneceu bastante acima da média histórica de 49,2 pontos e do piso de 31,3 pontos, alcançado em dezembro de 2014.

Até porque, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, apesar de acusar tendência declinante, a taxa de desocupação brasileira atingiu 12,7% da população economicamente ativa (PEA), no trimestre móvel compreendido entre abril e maio de 2018, contra 13,3% da PEA em igual período de 2017, com a contabilização de 13,2 milhões de pessoas desempregadas à procura de trabalho. Já o rendimento médio real do pessoal ocupado vem mantendo-se estável, a despeito da pronunciada desinflação constatada.

Em sentido análogo, a intenção de consumo das famílias, mensurado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), caiu de 87,1 pontos para 86,7 pontos, entre maio e junho de 2018, sendo que indicador varia entre zero e duzentos pontos, sinalizando disposição às compras quando supera a marca dos cem pontos.

Considerando o encolhimento dos níveis de inadimplência (3,0% do total emprestado, para pessoas jurídicas, e 3,6%, para pessoas físicas) e da contração do comprometimento da renda familiar mensal com o pagamento de dívidas (sem incorporação dos financiamentos imobiliários) - de 18,8% para 17,6%, entre abril de 2017 e abril de 2018 - parece razoável atribuir a apatia do crédito ao custo das operações.

Mais que isso, é no mínimo curioso observar, embora a brutal diminuição da taxa Selic, de 14,25% ao ano, em outubro de 2016, para 6,5% a.a., entre março e junho de 2018, a prevalência da cobrança de juros estratosféricos nas operações financeiras na ponta do consumo e do giro dos negócios, algo que não encontra paralelo nos mercados avançados e emergentes. Os juros cobrados das famílias nas operações com cheque especial, cartão de crédito rotativo e empréstimo pessoal não consignado

encontravam-se, em maio de 2018, em níveis de 311,9% a.a., 303,5% a.a. e 121,9% a.a., respectivamente.

O enorme descompasso entre os juros finais cobrados dos tomadores de crédito e as remunerações pagas pelas instituições financeira na captação dos recursos não encontra paralelo nas praças avançadas e emergentes.

A pronta justificativa das entidades bancárias para a anomalia dos juros escorchantes no País reside nos riscos de inadimplência e nas diminutas garantias de recuperação dos empréstimos, fruto da disseminação de costumes fraternais de proteção aos devedores em atraso, incorporados na fatura apresentada aos bons pagadores.

De fato, segundo o BC, a composição do spread (diferença entre os juros cobrados nos empréstimos e o custo de captação pelos bancos), do índice do custo do crédito (ICC) - que, por sinal caiu de 21,5% a.a. para 18,6% a.a. entre maio de 2017 e maio de 2018 -, baseia-se em quatro elementos, a saber: inadimplência (37,3%), despesas administrativas (25,0%), tributos mais fundo garantidor de crédito (22,8%) e margem financeira (14,9%).

A distorção seria agravada pela morosa tramitação do projeto de aperfeiçoamento do cadastro positivo de devedores, no Congresso Nacional, que impede a concessão de empréstimos a juros menores e a cobrança de tarifas mais reduzidas, e pela paralisação, pelo executivo, da preparação da Lei de Falências, que deve favorecer a correção de passivos de empresas em dificuldades.

Porém, o elemento determinante da existência de discrepantes curvas de juros básicos, referência para as captações, e finais, no Brasil, descoladas dos padrões externos, consiste na conjugação entre a presença do Estado (deficitário e endividado) como maior tomador, e a pronunciada concentração técnica do segmento bancário, extremamente nociva à multiplicação da concorrência.

Mais precisamente, as cinco maiores instituições – Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB), públicas, e Itaú, Bradesco e Santander, privadas – respondem por 82,0% dos ativos totais do sistema, patamar semelhante ao constatado na França, Canadá e Austrália, e quase o dobro dos 43,0% verificado nos Estados Unidos (EUA).

A reversão do *status quo* requer, no plano macro, a feitura de um ajuste fiscal estrutural, imprescindível à estabilização da dívida pública e do apetite do governo, e, na órbita micro, a implementação de uma reforma financeira que privilegie a acentuação da abertura de mercado, por meio da realização de leilões de licenças para o ingresso de novas instituições, a defesa da competição e a simplificação das operações.

Igualmente salutar seria o estímulo à expansão das cooperativas de crédito e emprego de soluções tecnológicas que propiciem a redução das despesas de transação do sistema, especialmente as fintechs que disponibilizam contas digitais desprovidas de custos e tarifas.

O CENÁRIO COMPETITIVO DA ECONOMIA DO PARANÁ: 2011-2017

Alessandra Cheua

Emely Moraes

INTRODUÇÃO

A guerra fiscal pode ser definida como um fenômeno de competição entre as unidades da federação para a atração de investimentos produtivos, mediante a utilização predominantemente de benefícios fiscais. Trata-se de uma situação em que a iniciativa privada promove “leilões” de incentivos aos investimentos.

O governo do estado do Paraná estabeleceu, em 2011, o Programa Paraná Competitivo baseado em estímulos para a captura de projetos de produtivos em áreas consideradas prioritárias.

Este artigo expõe o cenário competitivo da economia do Paraná no período compreendido entre 2011 e 2017, produzido essencialmente pelos atributos do Programa Paraná Competitivo, reforçando as vantagens competitivas do estado.

GUERRA FISCAL

A guerra fiscal tem como principal característica a disputa entre os entes federativos por empresas interessadas em implantar ou expandir empreendimentos em seus respectivos territórios. Segundo Calciolari, a condição básica é a possibilidade de utilização de benefícios fiscais para motivar a destinação de recursos privados, a partir dos arranjos legais do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e do imposto sobre serviços (ISS).

Esses expedientes recobram força na década de 1990, em razão da queda do investimento público estatal e extinção de instituições públicas responsáveis pelas políticas de desenvolvimento regional. Cardozo (2010) sublinha que “os governos estaduais com suas finanças altamente debilitadas, utilizam-se de instrumentos, principalmente fiscais, para a atração de investimentos, levando-os a uma postura mais ativa e de rivalidade.”.

Importante ressaltar a existência de um elemento central, que não está relacionado especificamente às questões pertinentes ao território nacional, essencial para explicar o processo de competição entre as instâncias subnacionais na caça de investimentos. Trata-se da própria lógica de valorização do capital, que leva as entidades privadas à busca das melhores condições de lucratividade. Sendo assim, promovem verdadeiros leilões entre países, regiões, estados e municípios.

A Guerra Fiscal vem sendo praticada pelos governos estaduais desde a flexibilização do ICM, em 1967, que permitiu a estes a definição das alíquotas comuns, por meio da celebração de convênios regionais. Nesse sentido, criou-se uma espécie de batalha fiscal entre as regiões, com os entes coligados radicalizando na concessão das benesses às empresas.

Cardozo cita que, a partir de 1975, com a criação do CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), o governo federal passou a interferir nas políticas de incentivos, estipulando que a utilização do ICM, por parte dos executivos estaduais, como estímulo a novos investimentos, deveria ter a aprovação do Conselho, com objetivo de direcioná-los às regiões mais carentes.

Estados como Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul criaram uma série de programas de estímulo à produção com outras fontes de recursos, mas, que na segunda metade da década de 1980, passaram a utilizar a ampliação de prazos de pagamentos do ICM (entre outras operações com este imposto) como importante mecanismo de estímulo às inversões produtivas. (Cardozo, 2010)

A partir da Constituição de 1988, o ICM passou a ser denominado ICMS englobando impostos únicos sobre combustíveis e minerais e aqueles incidentes sobre os serviços de energia elétrica, transportes e telecomunicações, e os estados passaram a ter liberdade plena para a fixação das alíquotas.

Os incentivos relacionados ao ICMS, segundo Cardozo (2010)

Consistem em isenção por prazo determinado, redução de alíquota, redução da base cálculo, crédito presumido, financiamento do valor do imposto devido com encargos financeiros inferiores aos cobrados no mercado, desoneração do diferencial de ICMS nas aquisições de matérias primas de outros estados. Entretanto, (...) os incentivos fiscais concentram-se, principalmente, na dilação do prazo de pagamento do ICMS e em mecanismos de financiamento deste tributo.

Um ponto essencial, porém curioso, a ser destacado, é que a guerra fiscal não alterou a decisão dos grandes grupos em investirem no Brasil. De fato, o peso maior foi na escolha da macrolocalização regional ou estadual.

Considera-se, em geral, que o leilão de incentivos fiscais promovido pelos governos estaduais não foi importante para que essas grandes empresas se definissem por novos projetos no Brasil. Elas o fariam de qualquer maneira por razões de mercado. E se instalariam em princípio na área economicamente central do país. Ora, é precisamente essa opção que o leilão de incentivos pretende alterar. Trata-se de cobrir com vantagens financeiras o custo da alocação de uma empresa em outra região que não aquela que ela escolheria por uma lógica de mercado. (CARDOZO, 2010 citado por Dulci, 2002)

Do ponto de vista estadual, é forçoso reconhecer que, apesar de comprometer os fluxos de caixa dos tesouros, a renúncia da futura da receita do imposto provoca ampliação marginal da arrecadação tributária, dado que novos empreendimentos produzem impactos multiplicadores sobre a economia local, com o efeito-renda propiciado pela atração de atividades complementares e a criação de postos de trabalho.

Os incentivos também podem interferir no processo de distribuição geográfica das atividades produtivas, quando combinados com outras medidas de desenvolvimento regional, induzindo a instalação de novas plantas em regiões deprimidas.

Por isso, devem representar mecanismo seletivo, destinado a ampliar vantagens comparativas locais, e de caráter temporário, pois sua generalização pode reduzir a eficácia, especialmente quando coincidem com quadros deficitários das finanças públicas. Em geral, os resultados da guerra fiscal dependerão da natureza dos segmentos econômicos envolvidos e da dimensão relativa das empresas beneficiadas.

PROGRAMA PARANÁ COMPETITIVO

O Programa Paraná Competitivo, criado em 2011, conta com alguns estímulos para atrair investimentos ao estado, na perspectiva de geração de emprego, renda e desenvolvimento sustentável. A estratégia contempla: “a dilação de prazos para recolhimento do ICMS, incentivos para melhoria da infraestrutura, comércio exterior, desburocratização e de capacitação profissional” (APD¹, 2018).

A concessão dos incentivos depende de análise técnica da Agência Paraná de Desenvolvimento, que avalia cada projeto de acordo com as prioridades do estado, tais como: tipo do investimento, ramo de atividade, número de empregos gerados, impactos econômicos, sociais e de meio ambiente, adensamento da cadeia produtiva e grau de inovação. Na sequência, a Secretaria de Estado da Fazenda delibera acerca da concessão, tempo de duração e carência.

Para projetos industriais de implantação, expansão, diversificação ou reativação, o valor mínimo de investimento é de R\$ 3,6 milhões e os incentivos resumem-se no parcelamento do imposto devido, sendo 10% no mês corrente e 90% do imposto em 48 meses; diferimento do ICMS nas operações de fornecimento de energia elétrica para empresa localizada em território paranaense, fornecimento de gás natural pela Compagas e transferência de créditos de ICMS para aquisição de ativos.

De acordo o executivo estadual (2015), entre 2011 e 2015, o Paraná havia atraído R\$ 40 bilhões em investimentos no âmbito do Programa Paraná Competitivo, com geração de 99 mil empregos.

RANKING DE COMPETITIVIDADE

O ranking de competitividade é realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em parceria com a consultoria Tendências e Economist Intelligence Group (EIU), braço de pesquisa da Revista Britânica The Economist. A análise é realizada por meio da avaliação da competitividade dos estados brasileiros e do Distrito Federal, baseada no comportamento de 65 indicadores, agrupados em 10 pilares estratégicos de desenvolvimento.

¹ APD: Agência Paraná de Desenvolvimento.

O conceito final varia entre 0 a 100, obtido a partir de combinação dos eixos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência Máquina Pública, Sustentabilidade Ambiental, Capital Humano, Potencial de Mercado e Inovação.

Em 2017, a nota geral do Paraná foi de 71,1, posicionando-o na 3ª posição do ranking, ficando atrás apenas de Santa Catarina 77,2 e São Paulo com 87,8, sendo que a média do índice Brasil é de 47,9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diminuição do papel do Estado na economia brasileira, desde a década de 1990, ao lado da fragilização dos instrumentos federais voltados à estruturação e à minimização das disparidades regionais, estimulou a elaboração de programas de desenvolvimento, por parte dos governos estaduais, como forma de impulsionar a dinâmica econômica local.

Tais ações são ancoradas principalmente em incentivos fiscais, com o objetivo de influenciar a distribuição espacial das inversões privadas, promover a geração de postos de trabalho e estimular o processo de interiorização diversificada da indústria.

Nessa perspectiva, o Programa Paraná Competitivo, por atrair montante substancial de investimentos, foi considerado pelo jornal britânico Financial Times uma dos melhores estratégias de arregimentação de investimentos do mundo.

Na mesma linha, o estado paranaense foi avaliado positivamente, por várias instituições, pelos resultados do ajuste fiscal, executado desde 2015, pelas eficientes aplicações em obras de infraestrutura e pela política de atração de investimentos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO. **Programa Paraná Competitivo**. Paraná, 2018. Disponível em: <<http://www.apdbrasil.org.br/incentivos>>. Acesso em 13 maio 2018.

CALCIOLARI, R.P. **Aspectos jurídicos da guerra fiscal no Brasil**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33493-43238-1-PB.pdf> Acesso em 13 maio 2018.

CARDOZO, S.A. **Guerra Fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990**. Campinas, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285629>> Acesso em 13 maio 2018.

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA. **Ranking de competitividade**. 2017. Disponível em: <<http://www.rankingdecompetitividade.org.br/ranking/2017/geral>> Acesso em 20 maio 2018.

LIMA, A. C. da C.; LIMA, J. P. R. **Programas de desenvolvimento local na região Nordeste do Brasil: uma avaliação preliminar da “guerra fiscal”**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 557-588, dez. 2010. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/j9b3yq>> Acesso em 20 maio 2018.

SIPCEP. **PROPAN CHEGA AO PARANÁ COM META DE MELHORAR LUCRATIVIDADE E COMPETITIVIDADE NAS PADARIAS**. 2017. Disponível em: <<http://sipcep.org.br/2017/05/11/propan-chega-ao-parana-com-meta-de-melhorar-lucratividade-e-competitividade-nas-padarias/>>

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2018-2022

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2018	1,68	6,55	3,58	4,04
2019	2,68	7,40	3,56	4,12
2020	2,64	8,12	3,60	4,04
2021	2,59	8,18	3,66	3,95
2022	2,57	8,14	3,74	3,89

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 22/06/2018 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS MAIO 2008-2018

MAI/ ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2008	26,78	-0,68	12,72	0,83	39,65
2009	27,91	-1,25	11,66	0,66	38,98
2010	26,73	-1,2	11,14	0,61	37,28
2011	22,73	-1,1	10,55	0,56	32,74
2012	21,73	-1,29	10,49	0,6	31,53
2013	20,94	-1,03	10,58	0,58	31,07
2014	22,24	-2,11	11,52	0,74	32,39
2015	28,96	-2,8	12,11	0,91	39,18
2016	38,38	-2,82	11,61	0,88	48,05
2017	26,78	-0,68	12,72	0,83	39,65
2018	40,88	-2,81	12,27	0,95	51,28

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – MAIO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	26.847	72,77	36.895	28,39	94.579	2,10	1.277.576
DESLIGAMENTOS	25.893	72,40	35.764	27,91	92.781	2,08	1.243.917
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	665.524	70,09	949.559	25,90	2.569.121	1,76	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	150.103	72,00	208.482	23,39	641.673	1,86	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	954	-	1.131	-	1.798	-	33.659

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – MAIO /2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.885	7,82	36.895	3,05	94.579	0,23	1.277.576
DESLIGAMENTOS	2.735	7,65	35.764	2,95	92.781	0,22	1.243.917
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	84.744	8,92	949.559	3,30	2.569.121	0,22	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.340	6,88	208.482	2,23	641.673	0,18	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	150	-	1.131	-	1.798	-	33.659

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – MAIO /2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.437	3,89	36.895	1,52	94.579	0,11	1.277.576
DESLIGAMENTOS	1.288	3,60	35.764	1,39	92.781	0,10	1.243.917
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.328	3,93	949.559	1,45	2.569.121	0,10	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.552	2,66	208.482	0,87	641.673	0,07	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	149	-	1.131	-	1.798	-	33.659

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - JUN/2017 – MAI/2018

DIA	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17
1		85.495,24	85.377,79			62288,52		66.516,23	71.923,11		73.823,74	72.264,45
2	77.891,04	84041,34	85.761,34	84.666,44	84.547,09	62510,69		67.135,99		74.359,82		
3	77.995,16			84.623,46	83.288,14		63279,58	66.777,13		76.762,91	73.915,42	
4	78.647,42			84.359,69	83.118,03		63231,59	66.897,98	72.128,83	76.591,44		73.090,17
5	79.071,47	81.861,09	86.022,83	85.209,66	82.714,43	62450,45	63154,17		72.150,87	76.617,52		72.546,17
6		83.894,04	85.653,02	84.820,42		62954,69	62470,33		73.412,41	76.054,71	74.310,79	73.268,35
7		82.766,73	85.483,55			63170,73	62322,4	67.939,65			72.414,87	72.487,46
8	79.378,54	81.532,53	84.984,61		82.956,05	62755,57		67.898,93	73.078,85		74.363,13	72.731,84
9	78863,54	80898,7	86.371,41	83.307,23	84.265,49	62210,55		67.671,06		75.726,80	72.930,69	
10	78200,57			84.510,36	85.861,20		63025,46	66.992,08		76.897,20	72.165,63	
11	79.365,44			85.245,59	85.220,24		63832,15	67.358,58	74.319,21	76.659,80		72.800,04
12	79.349,12		86.900,43	85.443,53		61700,23	64835,55		74.538,55			73.813,53
13			86.383,85	84.334,41		61828,99	65178,34		74.787,56	76.989,78	72.475,17	72.914,33
14		83.542,84	86.050,96		85.232,18	61922,92	65436,17	68.284,66	74.656,68		70.826,59	72.428,93
15	79.752,37	84.290,57	84.928,20		85.130,42			68.355,12	75.756,51			72.607,70
16	79831,76	84524,58	84.886,49	82.861,58	86.536,97	61626,41		68.594,29		76.891,83	72.511,79	
17	81189,16			84.086,13	83.621,95		65212,31	67.976,79		76.201,25	73.437,28	
18	80.962,65			85.776,46	83.081,88		65337,66	68.714,65	75.990,40	76.591,09		73.115,45
19	81.219,50	84.792,71	83.913,06	85.824,26		62014,03	65179,92		75.974,18	76.283,16		72.680,37
20		85.803,96	84.163,80	85.550,09		60766,15	64938,01		76.004,15	76.390,51		73.367,03
21		86.051,82	84.976,59		81.815,32	60761,74	64684,18	68.634,64	75.604,34		74.594,61	75.133,43
22	81.675,42	86.686,45	84.767,88		82.738,88	61272,21		70.011,25	75.389,75		74.518,79	75.186,53
23	80678,35		84.377,19	85.602,50	80.867,29	61087,13		70.477,63		75.413,13	74.486,58	
24	83680			85.469,08	80.122,31		65099,55	71.132,79		76.350,19	74.157,37	
25		87293,24		85.044,39	78.897,66		65667,62	71.073,65	74.443,47	76.671,13		
26	85.530,84	87.652,64	85.087,86	86.383,20		62188,08	65010,57		74.318,72	75.896,35		75.707,73
27		86.935,44	83.808,06	86.444,66		61675,46	65277,38		73.796,71	75.975,71	74.058,92	76.072,54
28		85.353,60	83.874,14		75.355,84	62017,97	65497,12	71.016,59	73.567,24		74.139,72	76.402,08
29	84698,01		85.365,56		76.071,97	62238,95		71.329,85	74.293,50		72.700,45	
30	84482,46			86.115,50	76.753,61	62899,97		70.886,25		74.800,33	71.970,99	
31	84912,7						65920,36	70.835,05		74.308,49		
MÍNIMO	77.891,04	80.898,70	83.808,06	82.861,58	75.355,84	60761,74	62322,4	66.516,23	71.923,11	74.308,49	70.826,59	72.264,45
MÁXIMO	85.530,84	87.652,64	86.900,43	86.444,66	86.536,97	63170,73	65920,36	71.329,85	76.004,15	76.989,78	74.594,61	76.402,00

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–JUN/2018

MÊS/ANO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
Set/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
Out/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
Nov/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
Dez/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
Jan/18	83,14	79,72	1.163,73	39,32	28,30
Fev/18	72,16	89,02	1.263,78	39,07	29,23
Mar/18	75,50	88,21	1.326,18	42,40	36,45
Abr/18	80,26	87,22	1.413,59	47,15	37,65
Mai/18	77,44	90,88	1.490,00	54,95	38,94
Jun/18	75,68	86,51	1.450,92	62,88	38,47

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066
MAI/18	3.620.983	2.663.411	76.753	0	24.668	7.462

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2018
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441
2017	18.082.394.413	19,19	11.518.546.039	3,84	6.563.848.374
JAN-MAI/2018	7.054.589.248	-3,14	4.655.562.352	1,09	2.399.026.896

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2018
EM US\$ FOB- ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.982.726.000	10,97	59.747.227.000	12,00	-6.764.501.000	20,82
1998	51.139.862.000	-3,48	57.763.476.000	-3,32	-6.623.614.000	-2,08
1999	48.012.790.000	-6,11	49.301.558.000	-14,65	-1.288.768.000	-80,54
2000	55.118.919.865	0,00	55.850.663.138	0,00	-731.743.273	-43,22
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605	-466,91
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836	391,50
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445	88,52
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137	36,03
2005	118.529.184.899	22,60	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227	32,76
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726	3,40
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580	-13,83
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295	-37,66
2009	152.994.742.805	-22,71	127.722.342.988	-26,17	25.272.399.817	1,26
2010	201.915.285.335	31,98	181.768.427.438	42,32	20.146.857.897	-20,28
2011	256.039.574.768	26,81	226.246.755.801	24,47	29.792.818.967	47,88
2012	242.578.013.546	-5,26	223.183.476.643	-1,35	19.394.536.903	-34,90
2013	242.033.574.720	-0,22	239.747.515.987	7,42	2.286.058.733	-88,21
2014	225.100.884.831	-7,00	229.154.462.583	-4,42	-4.053.577.752	-277,32
2015	191.134.324.584	-15,09	171.449.050.909	-25,18	19.685.273.675	-585,63
2016	185.235.400.805	-3,09	137.552.002.856	-19,77	47.683.397.949	142,23
2017	217.739.177.077	17,55	150.749.452.949	9,59	66.989.724.128	40,49
JAN-MAI/2018	93.631.892.710	6,50	69.458.535.330	17,94	24.173.357.380	...

FONTE: DIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2011/2018 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	245,3	1.959,4	15,0	2.219,7	720,0	1.010,0	489,7
Arroz em casca	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	11.700,0	1.064,7	1.035,9
	2017/18	711,6	11.735,8	1.000,0	13.447,4	12.000,0	1.000,0	447,4
Feijão	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	150,0	3.735,5	3.300,0	125,0	310,5
	2017/18	302,6	3.334,4	120,0	3.757,0	3.300,0	120,0	337,0
Milho	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.894,0	22.313,7	4.005,4
	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.949,9	97.842,8	953,6	105.746,3	57.199,0	30.836,7	17.710,6
	2017/18	17.246,5	85.003,5	500,0	102.750,0	59.844,8	32.000,0	10.905,2
Soja em grãos	2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0	447,9
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,5	1.602,9
	2017/18	1.602,8	118.048,1	400,0	120.050,9	47.400,0	72.000,0	650,8
Farelo de Soja	2011/12	3.176,7	26.026,0	5,0	29.207,7	14.051,1	14.289,0	867,6
	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	2.854,7	33.110,0	1,0	35.965,7	17.500,0	16.500,0	1.965,7
Óleo de soja	2011/12	988,0	6.591,0	1,0	7.580,0	5.172,4	1.757,1	650,5
	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	617,5	8.385,0	40,0	9.042,5	7.100,0	1.450,0	492,5
Trigo	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.500,0	13.293,6	11.287,4	400,0	1.606,2
	2018	1.396,2	4.857,3	6.500,0	12.753,5	11.298,9	300,0	1.154,6

Fonte: CONAB – 9º levantamento, junho 2018. (disponível em: www.conab.gov.br)

Notas: Estimativa em junho 2018/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho.

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2018
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	114.075	35.140	3.359	31.887	9.519	19.170	5.465	11.786	3.387	9.562	2.671	5.545	1.508

FONTE: CONAB – 9º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: www.conab.gov.br) Nota: Estimativa em junho/2018.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2004-2017

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	5,40	4,90	5,40	5,60	3,00	-0,10	5,40	4,30	3,50	3,50	3,60	3,50	3,20	3,80
África do Sul	4,60	5,30	5,60	5,40	3,20	-1,50	3,00	3,30	2,20	2,50	1,80	1,30	0,60	1,30
Alemanha	0,70	0,90	3,90	3,40	0,80	-5,60	3,90	3,70	0,70	0,60	1,90	1,50	1,90	2,50
Argentina	9,00	8,90	8,00	9,00	4,10	-5,90	10,10	6,00	-1,00	2,40	-2,50	2,70	-1,80	2,90
Bolívia	4,20	4,40	4,80	4,60	6,10	3,40	4,10	5,20	5,10	6,80	5,50	4,90	4,30	4,20
Brasil	5,80	3,20	4,00	6,10	5,10	-0,10	7,50	4,00	1,90	3,00	0,50	-3,50	-3,50	1,00
Canadá	3,10	3,20	2,60	2,10	1,00	-2,90	3,10	3,10	1,70	2,50	2,90	1,00	1,40	3,00
Chile	7,20	5,70	6,30	4,90	3,60	-1,60	5,80	6,10	5,30	4,10	1,80	2,30	1,30	1,50
China	10,10	11,30	12,70	14,20	9,60	9,20	10,60	9,50	7,90	7,80	7,30	6,90	6,70	6,90
Colômbia	5,30	4,70	6,70	6,90	3,50	1,70	4,00	6,60	4,00	4,90	4,40	3,10	2,00	1,80
Coréia do Sul	4,9	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,5	3,68	2,29	2,9	3,34	2,79	2,83	3,10
Equador	8,20	5,30	4,40	2,20	6,40	0,60	3,50	7,90	5,60	4,90	4,00	0,20	-1,50	2,70
Estados Unidos	3,80	3,30	2,70	1,80	-0,30	-2,80	2,50	1,60	2,20	1,70	2,60	2,90	1,50	2,30
França	2,80	1,60	2,40	2,40	0,20	-2,90	2,00	2,10	0,20	0,60	0,90	1,10	1,20	1,80
Índia	7,80	9,30	9,30	9,80	3,90	8,50	10,30	6,60	5,50	6,40	7,50	8,00	7,10	6,70
Indonésia	5,00	5,70	5,50	6,30	7,40	4,70	6,40	6,20	6,00	5,60	5,00	4,90	5,00	5,10
Itália	1,60	0,90	2,00	1,50	-1,10	-5,50	1,70	0,60	-2,80	-1,70	0,10	0,80	0,90	1,50
Japão	2,20	1,70	1,40	1,70	-1,10	-5,40	4,20	-0,10	1,50	2,00	0,40	1,40	0,90	1,70
México	3,90	2,30	4,50	2,30	1,10	-5,30	5,10	3,70	3,60	1,40	2,80	3,30	2,90	2,00
Paraguai	4,10	2,10	4,80	5,40	6,40	-4,00	13,10	4,30	-1,20	14,00	4,70	3,00	4,00	4,30
Peru	9,60	9,00	7,10	5,00	0,80	-4,70	8,50	11,10	4,80	8,50	5,20	6,10	3,20	7,00
Reino Unido	2,50	3,00	2,50	2,60	-0,60	-4,30	1,90	1,50	1,30	1,90	3,10	2,20	1,80	1,70
Rússia	7,20	6,40	8,20	8,50	5,20	-7,80	4,50	5,10	3,70	1,80	0,70	-2,80	-0,20	1,80
Tailândia	6,30	4,20	5,00	5,40	1,70	-0,70	7,50	0,80	7,20	2,70	1,00	3,00	3,30	3,90
Uruguai	4,60	6,80	4,10	6,50	7,20	4,20	7,80	5,20	3,50	4,60	3,20	0,40	1,50	3,10
Venezuela	18,30	10,30	9,90	8,80	5,30	-3,20	-1,50	4,20	5,60	1,30	-3,90	-6,20	-16,50	-14,00

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2004-2017

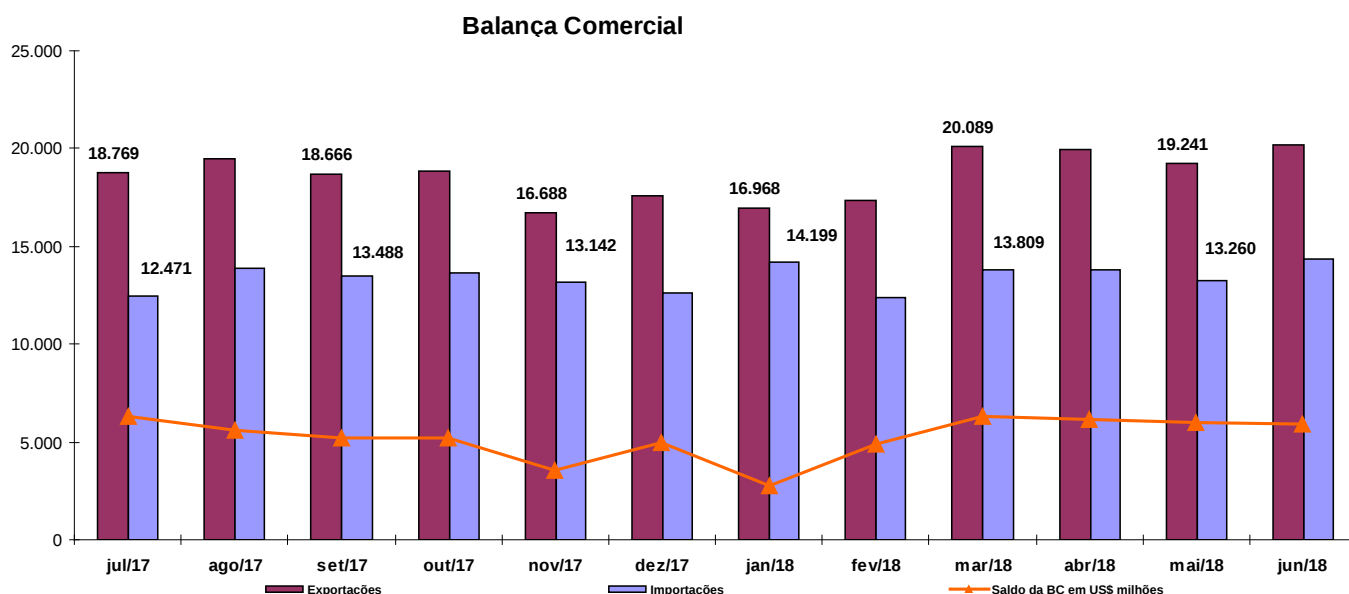
PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	3,80	4,10	4,10	4,30	6,30	2,70	3,70	5,00	4,10	3,70	3,20	2,80	3,00	3,00
África do Sul	1,40	3,40	4,60	7,20	11,00	7,10	4,30	5,00	5,60	5,80	6,10	4,60	6,30	5,30
Alemanha	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,70
Argentina	4,40	9,60	10,90	8,80	8,60	6,30	10,50	9,80	10,00	10,60	0,80	0,10	0,40	25,70
Bolívia	4,40	5,40	4,30	6,70	14,00	3,30	2,50	9,90	4,50	5,70	5,80	4,10	3,60	2,80
Brasil	6,60	6,90	4,20	3,60	5,70	4,90	5,00	6,60	5,40	6,20	6,30	9,00	8,70	3,40
Canadá	1,80	2,20	2,00	2,10	2,40	0,30	1,80	2,90	1,50	0,90	1,90	1,10	1,40	1,60
Chile	1,10	3,10	3,40	4,40	8,70	1,50	1,40	3,30	3,00	1,90	4,40	4,30	3,80	2,20
China	3,90	1,80	1,50	4,80	5,90	-0,70	3,30	5,40	2,60	2,60	2,00	1,40	2,00	1,60
Colômbia	5,90	5,10	4,30	5,50	7,00	4,20	2,30	3,40	3,20	2,00	2,90	5,00	7,50	4,30
Coréia do Sul	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,3	1,27	0,71	0,97	2,75	...
Equador	2,70	2,20	3,30	2,30	8,40	5,20	3,60	4,50	5,10	2,70	3,60	4,00	1,70	0,40
Estados Unidos	2,70	3,40	3,20	2,90	3,80	-0,30	1,60	3,10	2,10	1,50	1,60	0,10	1,30	2,10
França	2,30	1,90	1,90	1,60	3,20	0,10	1,70	2,30	2,20	1,00	0,60	0,10	0,30	1,20
Índia	3,80	4,40	6,70	6,20	9,10	10,60	9,50	9,50	10,00	9,40	5,80	4,90	4,50	3,60
Indonésia	6,10	10,50	13,10	6,70	9,80	5,00	5,10	5,30	4,00	6,40	6,40	6,40	3,50	3,80
Itália	2,30	2,20	2,20	2,00	3,50	0,80	1,60	2,90	3,30	1,20	0,20	0,10	-0,10	1,30
Japão	0,00	-0,30	0,30	0,10	1,40	-1,30	-0,70	-0,30	-0,10	0,30	2,80	0,80	-0,10	0,50
México	4,70	4,00	3,60	4,00	5,10	5,30	4,20	3,40	4,10	3,80	4,00	2,70	2,80	6,00
Paraguai	4,30	6,80	9,60	8,10	10,20	2,60	4,70	8,30	3,70	2,70	5,00	3,10	4,10	3,60
Peru	3,70	1,60	2,00	1,80	5,80	2,90	1,50	3,40	3,70	2,80	3,20	3,50	3,60	2,80
Reino Unido	1,30	2,10	2,30	2,30	3,60	2,20	3,30	4,50	2,80	2,60	1,50	0,00	0,70	2,70
Rússia	10,90	12,70	9,70	9,00	14,10	11,70	6,90	8,40	5,10	6,80	7,80	15,50	7,00	4,20
Tailândia	2,80	4,50	4,70	2,20	5,50	-0,80	3,30	3,80	3,00	2,20	1,90	-0,90	0,20	0,70
Uruguai	9,20	4,70	6,40	8,10	7,90	7,10	6,70	8,10	8,10	8,60	8,90	8,70	9,60	6,20
Venezuela	21,70	16,00	13,70	18,70	31,40	26,00	28,20	26,10	21,10	43,50	57,30	111,80	254,40	1087,50

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Comércio Internacional.**Balança Comercial – (Junho/2018) - MDIC****Fato**

Em junho a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 5,88 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 20,20 bilhões e *importações* de US\$ 14,32 bilhões. No ano o *superávit* é de US\$ 30,10 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 113,83 bilhões, e *importações* de US\$ 83,71 bilhões. No mês, a *corrente do comércio* foi de US\$ 34,52 bilhões, e no ano US\$ 197,61 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mesmo mês do ano anterior, as *exportações* apresentaram avanço de 2,1% e as *importações* de 13,7%. Pelo mesmo critério, na comparação com maio de 2017, houve aumento de 5,0% nas *exportações* e de 8,0% nas *importações*. A *corrente do comércio* registrou expansão de 6,6% com relação ao mesmo mês do ano anterior e de 6,2% na comparação com maio de 2018.

Em junho de 2018, na comparação com igual mês do ano anterior, houve avanço nas exportações de produtos *manufaturados*, 7,6%, por outro lado ocorreu retração nas vendas de *semimanufaturados*, 2,7% e *básicos*, 0,3%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile. Pelo mesmo critério de comparação, houve aumento de 33,8% nas *importações de bens de capital*, 20,8%, nos *bens de consumo*, 13,2%, e nos *bens intermediários*. Nas importações de *combustíveis e lubrificantes* ocorreu queda de 7,7%. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e México.

No acumulado do ano, frente a igual período do ano anterior o crescimento nas *exportações* foi de 5,7% determinada por aumento nos *produtos manufaturados*, 9,1%, *básicos*, 4,6% e *semimanufaturados*, 0,5%. Nesta comparação as *importações* cresceram 17,2%, devido ao avanço em: *bens de capital*, 53,4%, *combustíveis e lubrificantes*, 24,6%, *bens de consumo*, 16,5% e *bens intermediários* 10,3%. Ainda no acumulado do ano, os principais destinos das exportações brasileiras foram China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile e os nossos principais fornecedores foram, China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Coreia do Sul.

Consequências

O *comércio exterior brasileiro* segue em expansão, porém o *saldo comercial* deverá ser inferior ao *recorde* de 2017, dado o crescimento das *importações* mais intenso do que o das *exportações*.

Atividade**Produção Industrial Mensal (Abril/2018) – IBGE****Fato**

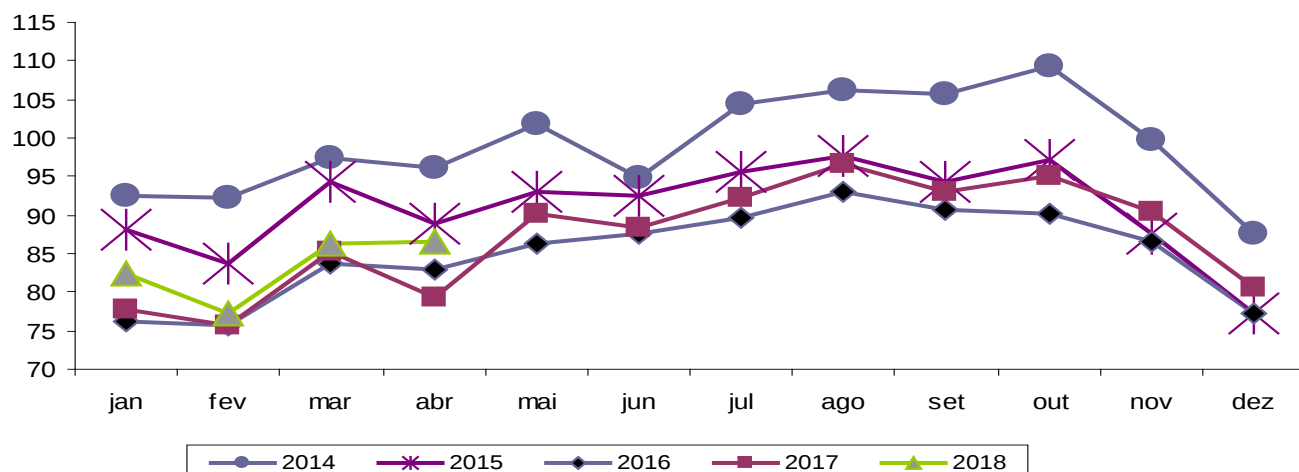
Em abril, a *produção industrial* avançou 0,8% na comparação com março. Frente a abril do ano passado houve crescimento de 8,9%. No acumulado do ano a *produção industrial* elevou 4,5% e em doze meses 3,9%.

Causa

Na comparação com o mês anterior, por categoria de uso, o *setor de bens de consumo durável*, registrou o maior avanço, 2,8%, seguido pelos *bens de capital* 1,4% e pelos *bens intermediários*, 1,0%. O segmento de *bens de consumo semiduráveis e não duráveis* foi o que teve o menor crescimento; 0,5%.

Comparativamente a abril de 2017, o segmento de *bens de consumo duráveis* foram também os que tiveram o maior crescimento, 36,2%, com destaque para maior *fabricação de automóveis e eletrodomésticos da "linha marrom"*. O segmento de *bens de capital* avançou 23,2%, com forte impulso de *bens de capital para equipamentos de transporte*. Os *bens de consumo semi e não-duráveis* aumentaram a produção em 9,6% e os *bens intermediários* em 4,7%.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Consequência

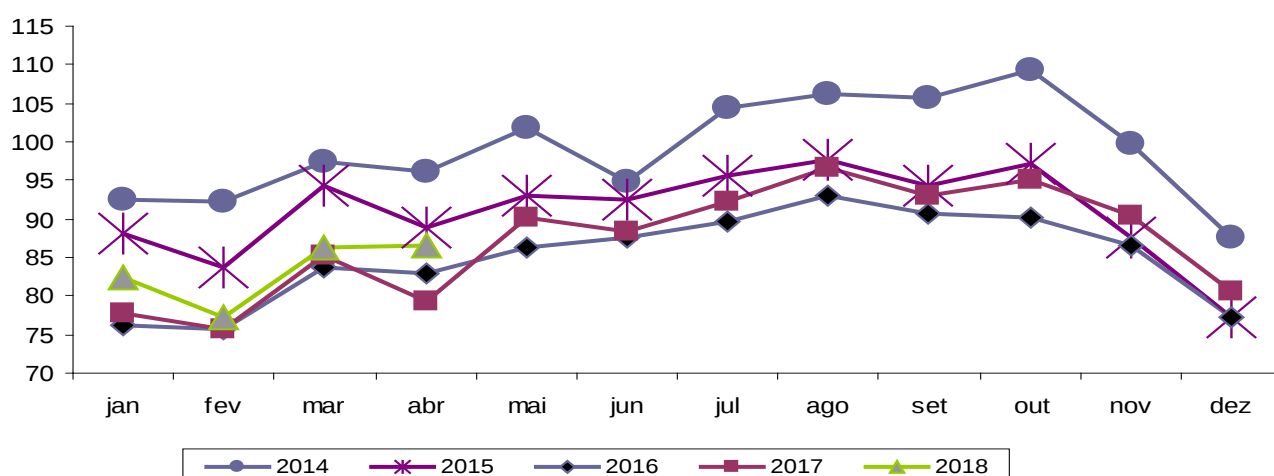
A indústria segue em tímido ritmo de recuperação e apresentando alguns sobressaltos, para os próximos períodos a expectativa é de continuidade no processo de retomada.

Pesquisa Industrial - Regional – (Abril/2018) - IBGE

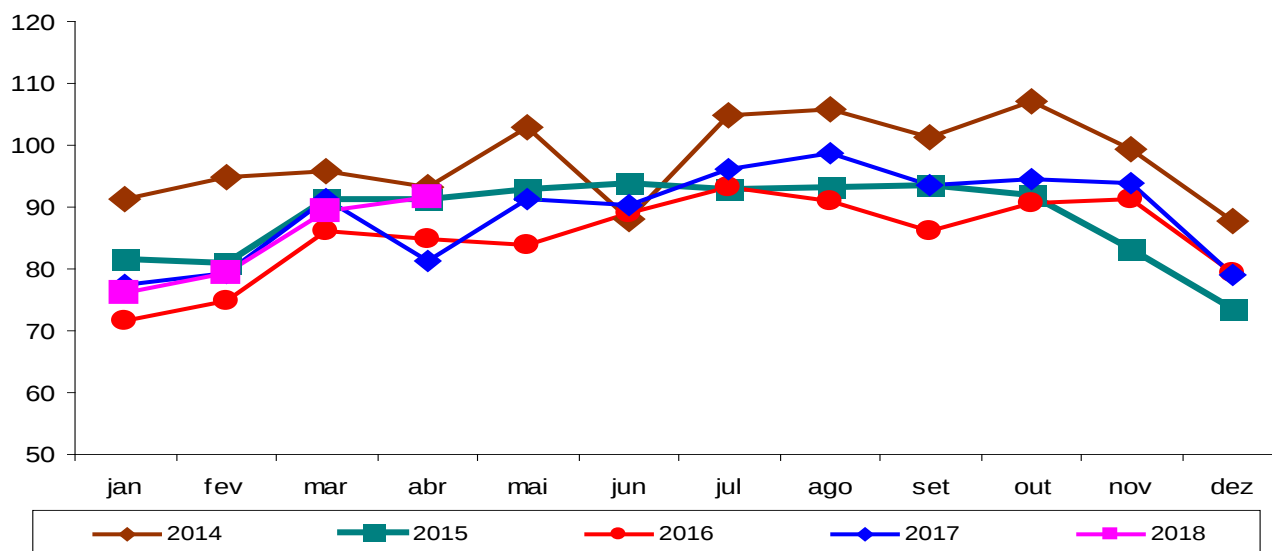
Fato

Entre março e abril, a *produção industrial* cresceu em dez dos quinze locais pesquisados e na comparação com abril de 2017, treze dos quinze locais pesquisados registraram avanço. No **Paraná** a *produção industrial* cresceu 3,3% frente ao mês anterior, 12,8% na comparação com abril de 2017 e 3,9% no acumulado nos últimos doze meses.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE Índice de base fixa sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100) (Número índice)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram os maiores aumentos na produção foram: Bahia, Rio de Janeiro, Região Nordeste, Minas Gerais e **Paraná**. As quedas ocorreram no Pará, Amazonas, Goiás, Ceará e Mato Grosso. Na comparação com abril de 2017, os maiores avanços foram em São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Amazonas e **Paraná**. Os únicos recuos ocorreram no Espírito Santo e Pará.

No **Paraná**, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o recuo atingiu apenas um dos treze setores pesquisados. O crescimento na produção foi principalmente condicionado por: *fabricação de bebidas, veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis e minerais não metálicos*. Por outro lado, a única queda foi registrada em: *máquinas e equipamentos*.

Consequência

De maneira semelhante ao cenário nacional a *indústria paranaense* segue em recuperação gradual, devendo esta tendência se manter ao longo do ano.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre – mar.-abr.-maio de 2018) – IBGE

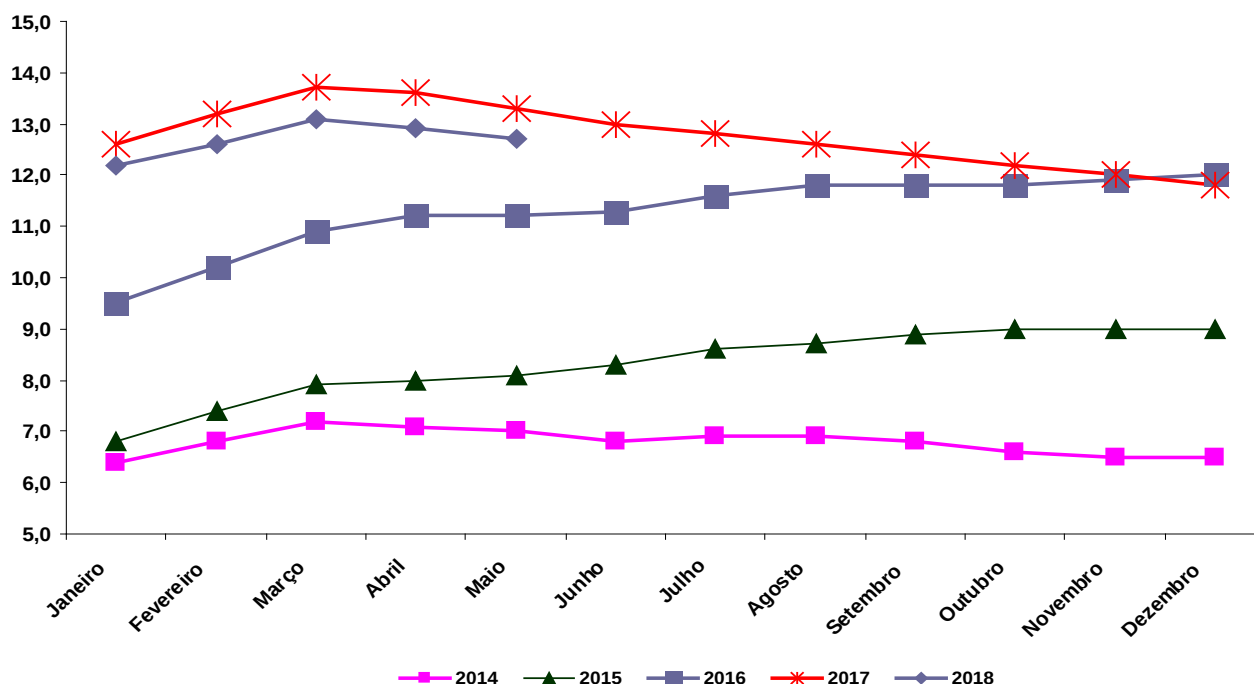
Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em maio 2018, *taxa de desocupação* de 12,7%, com queda de 0,6 p.p. frente ao mesmo trimestre do ano anterior e crescimento de 0,1 p.p. na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro.

O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 2.187 ficando estatisticamente estável na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro e com o mesmo trimestre do ano anterior.

Causa

Neste trimestre havia 13,2 milhões de pessoas desocupadas, no trimestre encerrado em fevereiro este contingente era de 13,1 milhões. Na comparação como mesmo trimestre do ano anterior, quando a taxa de desocupação era de 13,8 milhões, com crescimento de 3,9%. O número de *pessoas ocupadas* foi estimado em 90,9 milhões, com estabilidade frente ao trimestre encerrado em fevereiro e avanço de 1,3% na comparação com o trimestre encerrado em maio de 2017.



Consequência

Apesar da estabilidade na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro, o *desemprego* ainda segue em patamar elevado, devendo apresentar gradual recuo ao longo dos próximos meses.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Maio/2018) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em maio, a estimativa da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas foi de 228,1 milhões de toneladas, 5,2% superior à safra de 2017 e 0,8%, abaixo da previsão de abril. A área a ser colhida, 61,2 milhões de hectares, está 43,26 mil hectares acima da registrada no ano passado.

Causa

Na comparação com a produção de 2017, as três principais culturas, o arroz, o milho e soja que juntos representam 92,9% do total da produção nacional, registraram as seguintes variações, soja crescimento de 0,7%, milho e arroz, recuos de 15,1% e 7,0%, respectivamente.

O levantamento sistemático da produção agrícola, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, registrou variação positiva para dezessete dos vinte e seis produtos analisados: algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª e 2ª safras, aveia em grão, cacau em amêndoa, café em grão – arábica, café em grão – canephora, cana-de-açúcar, cevada em grão, feijão em grão 2ª e 3ª safras, mamona em baga, mandioca, soja em grão, sorgo em grão, trigo em grão e triticale em grão.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: arroz, batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras, cebola, laranja e milho em grão 1ª e 2ª safras. Feijão em grão 1ª safra não apresentou variação significativa. Regionalmente, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas está assim distribuída: Centro-Oeste 44,5%, Sul 33,0%, Sudeste 10,1%, Nordeste 8,6% e Norte 3,9%. O Estado do Mato Grosso do Sul, mantém a posição de liderança na produção nacional de grãos, com participação de 25,9%, seguido pelo Estado do Paraná, com 16,1%.

Consequência

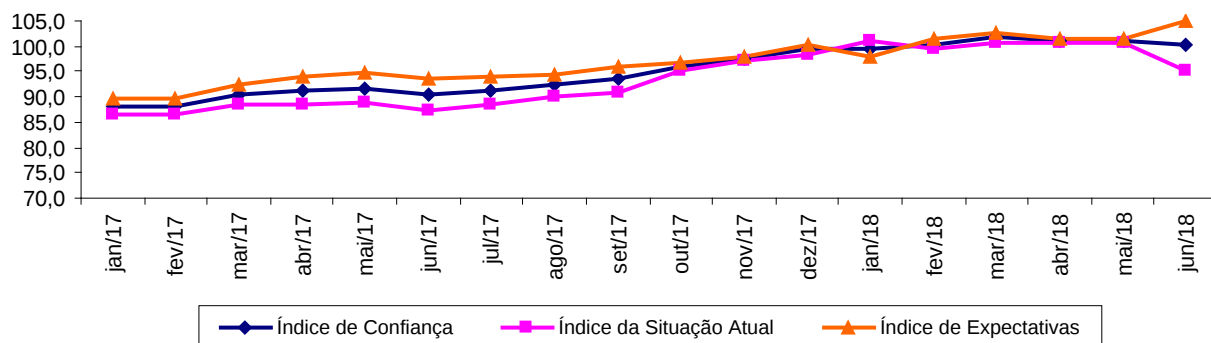
De acordo com prognóstico das áreas plantadas, realizado pelo IBGE em maio, a safra de grãos em 2018 será significativamente inferior ao recorde de produção obtido no ano anterior.

Atividade

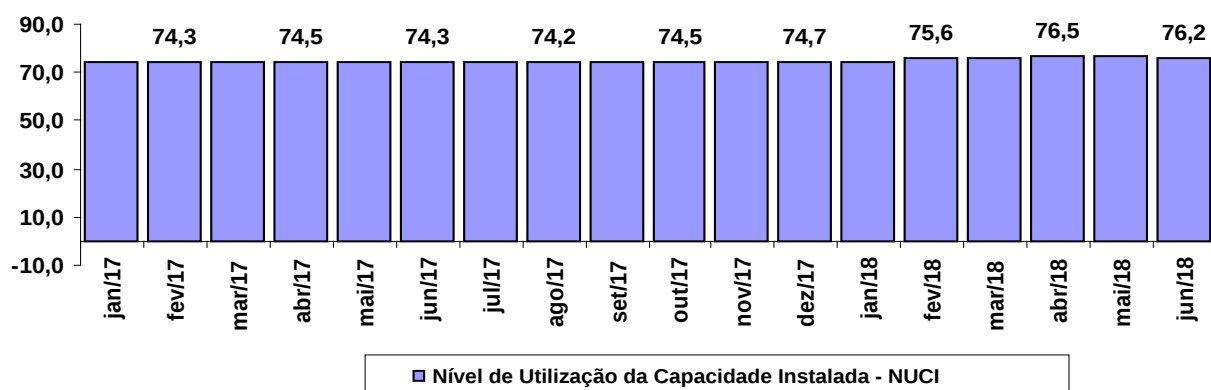
Sondagem da Indústria (Junho/2018) – FGV

Fato

Na passagem de maio para junho, o Índice de Confiança da Indústria de Transformação ICI, registrou recuo de 1,0 ponto, chegando a 100,1 pontos, o menor nível desde janeiro. A verificação apresentou queda no Índice da Situação Atual – ISA, 5,5 pontos, e expansão no Índice de Expectativas – IE, 3,4 pontos. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI diminuiu 0,3 p.p., chegando a 76,2%.



Fonte: FGV



Fonte: FGV

Causa

Em junho, o **ISA** passou de 100,6 para 95,1 pontos. O quesito que mede o *nível de estoques* foi o principal determinante para a queda, combinando, aumento de 4,9 p.p na parcela de empresas que avaliam o *nível de estoques como excessivo* e crescimento menor de 0,6 p.p na parcela que julgam o *nível de estoques como insuficiente*.

O **IE** avançou de 101,6 para 105,0 pontos, com as principais contribuições vindas dos indicadores que medem as perspectivas *com o total de pessoal ocupado nos três meses seguintes* e o indicador da *produção prevista para os três meses seguintes*, o primeiro com avanço de 6,2 pontos, para 107,3 pontos e o segundo com aumento de 5,8 pontos, para 108,0 pontos.

Consequências

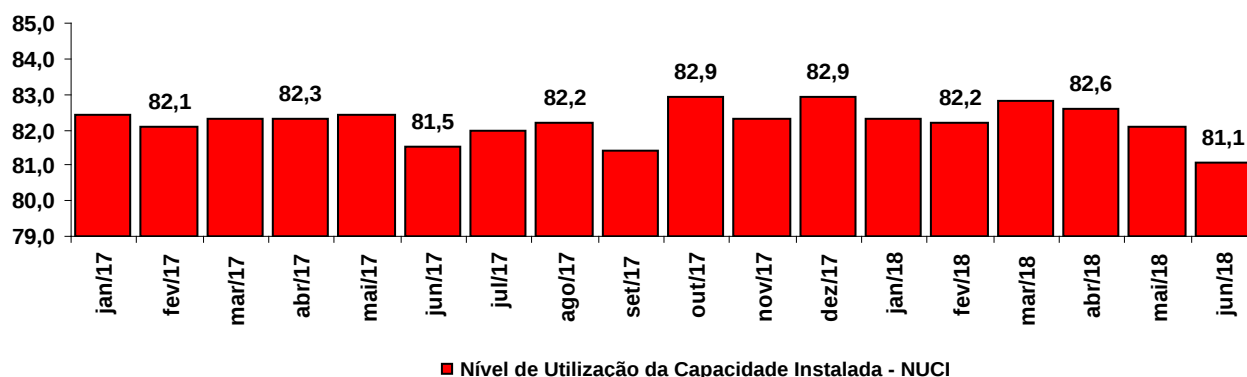
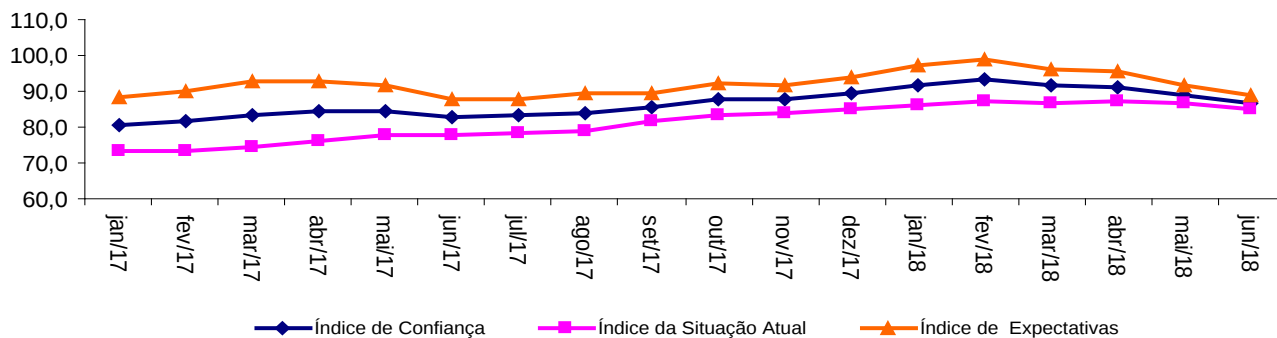
No mês fica evidente o forte descasamento entre a situação atual, que apresentou piora, e as expectativas que tiveram evolução. A “greve dos caminhoneiros” contribuiu para a formação dos estoques, que afetou significativamente a situação atual. Para os próximos meses deve ocorrer aproximação entre os indicadores, **ISA** e **IE**, devendo acontecer também retomada da recuperação.

Atividade

Sondagem de Serviços (Junho/2018) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* recuou 2,1 pontos na comparação com o mês anterior atingindo 86,7 pontos, o menor nível desde setembro de 2017. Na mesma comparação, o *Índice da Situação Atual - ISA* cedeu 1,5 pontos passando de 86,6 para 85,1 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* caiu 2,7 pontos, atingindo 88,7 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada - NUCI* diminuiu 1,0 p.p., chegando a 81,1%, o menor nível da série histórica.



Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, destacou-se a avaliação negativa sobre a *situação atual dos negócios*, com queda de 2,0 pontos, atingindo 85,4 pontos. Nas *expectativas*, houve recuo no indicador que mede a *tendência dos negócios nos próximos seis meses*, que caiu 4,2 pontos, para 87,1 pontos.

Consequência

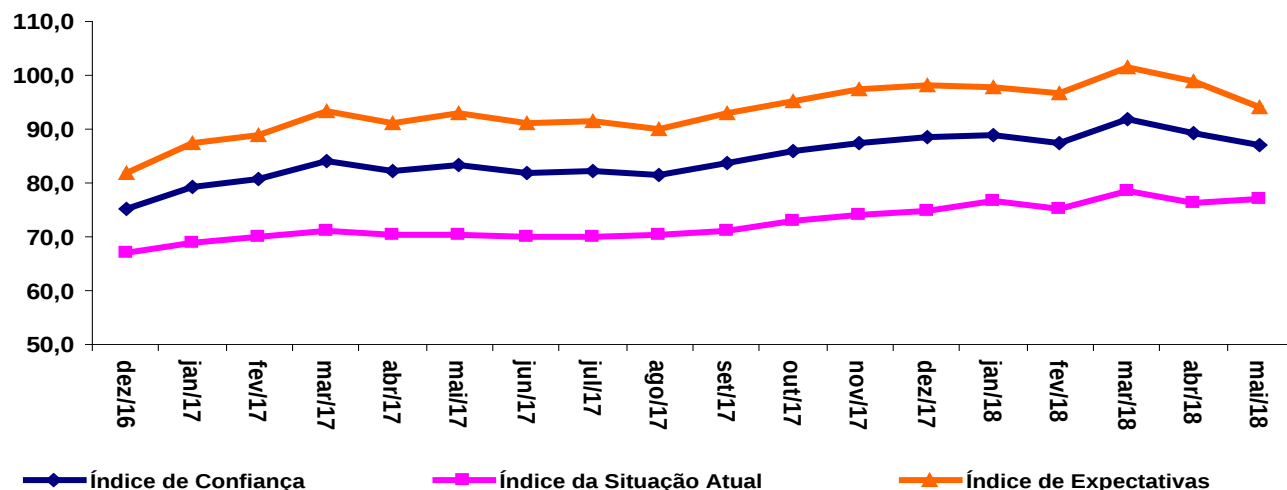
O *setor de serviços*, que vinha apresentando recuperação até fevereiro, inverteu a tendência a partir de então. Mesmo assim para os próximos meses a tendência é de retomada na recuperação, porém em ritmo lento e gradual.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Junho/2018) – FGV

Fato

Entre os meses de maio e junho, o *ICC* recuou 4,8 pontos passando de 86,9 para 82,1 pontos. O índice da *Situação Atual* diminuiu 5,4 pontos, de 77,2 para 71,8 pontos. O *Índice das Expectativas* diminuiu 4,2 pontos, de 94,2 para 90,0 pontos.



Fonte: FGV

Causa

O indicador que mede a *situação financeira no momento* recuou 5,9 pontos, para 66,8 pontos, o menor nível desde outubro de 2017 (66,7 pontos). Com relação aos próximos meses, os consumidores projetam pelo segundo mês piora da *situação financeira das famílias*, com recuo de 3,7 pontos, passando de 94,8 para 91,1 pontos, o menor nível desde setembro de 2017 (90,4 pontos).

Consequência

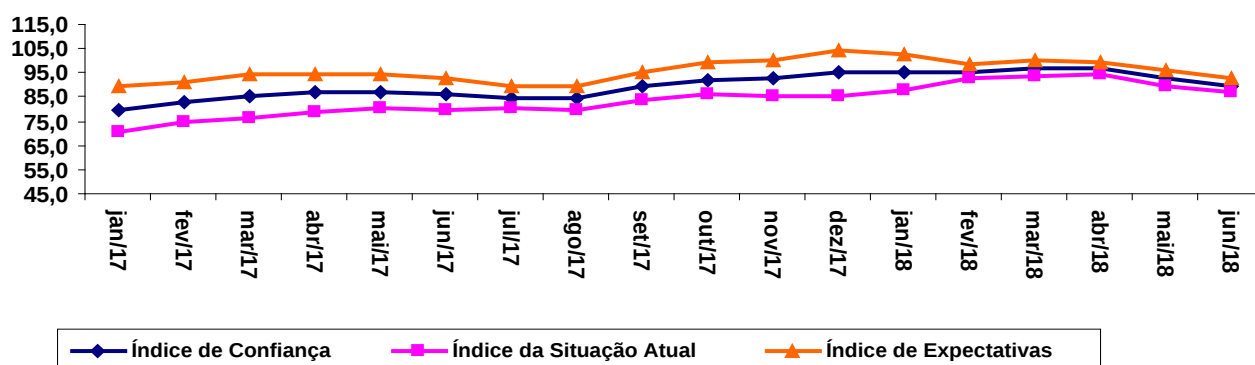
A *confiança do consumidor* volta a apresentar recuo em razão das *incertezas sobre a economia*, decorrente da *instabilidade política* e das dificuldades de *reação do mercado de trabalho*.

Atividade

Sondagem do Comércio (Junho/2018) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* recuou 3,0 pontos entre maio e junho, passando de 92,6 para 89,6 pontos, retornando assim ao nível de setembro passado. O *Índice da Situação Atual - ISA* diminuiu de 2,2 pontos, chegando a 87,2 pontos e o *Índice de Expectativas - IE* caiu 3,8 pontos, atingindo 92,4 pontos.



Fonte: FGV

Causa

As empresas foram consultadas no bimestre encerrado em maio sobre o *plano de investimento*. A maioria das empresas afirmou (37,9%) que a decisão do *plano de investimentos* para os próximos 12 meses está *certa*, maior valor desde o quarto trimestre de 2014. Por outro lado, para 29,9% das *empresas* a decisão sobre o *plano de investimento* está *incerta*, melhor resultado desde 2015.

Consequência

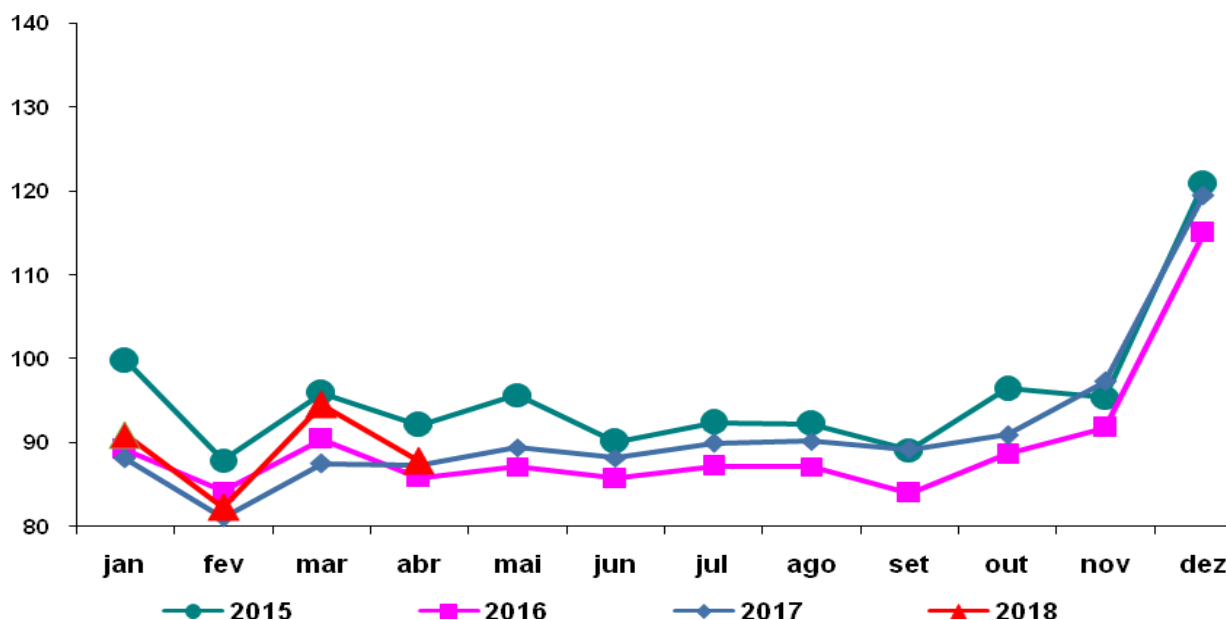
Apesar da queda no mês, as decisões sobre *investimento* vêm se consolidando gradualmente, porém o setor segue cercado de incertezas.

Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Abril/2018) – IBGE

Fato

No mês de abril, o *volume de vendas do comércio varejista*, com ajuste sazonal, frente ao mês anterior, cresceu 1,0% e a *receita nominal* cresceu 1,1%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de positivos 0,6% sobre abril de 2017, e 3,7% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 1,2% com relação à igual mês de 2017 e 3,0% no acumulado em doze meses. No *varejo ampliado*, as taxas de crescimento para o *volume de vendas* foram: 1,3% frente ao mês anterior, 8,6% no confronto com abril de 2017 e 7,0% no acumulado dos últimos doze meses. Na *receita nominal* as variações foram 0,8% frente ao mês anterior, 8,5% comparativamente ao mesmo mês do ano anterior e 6,0% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE - Índices de volume de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

Na série ajustada do *comércio varejista*, calculada com relação ao mês anterior, sete das oito atividades pesquisadas tiveram resultado positivo no *volume de vendas*. As maiores taxas positivas foram em: *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 4,8%, *Combustíveis e lubrificantes*, 3,4%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 1,5% e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,0%. A atividade de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* permaneceu estável no mês. No *comércio varejista ampliado*, houve avanço de 1,9% em *Veículos, e motos, partes e peças* e de 1,7% em *Material de construção*.

Comparativamente a abril de 2017, contribuições positivas para a taxa global foram em: *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 10,3%, *Móveis e eletrodomésticos*, 5,6%, e *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 4,9%. *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, mostraram estabilidade nesta comparação. As pressões negativas vieram de *Tecidos, vestuário e calçados* 7,3%, *Combustíveis e lubrificantes*, 1,3% e *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 4,1%. No *comércio varejista ampliado*, *Veículos, motos, partes e peças* teve crescimento de 36,5% e *Material de Construção*, 15,9%.

Consequência

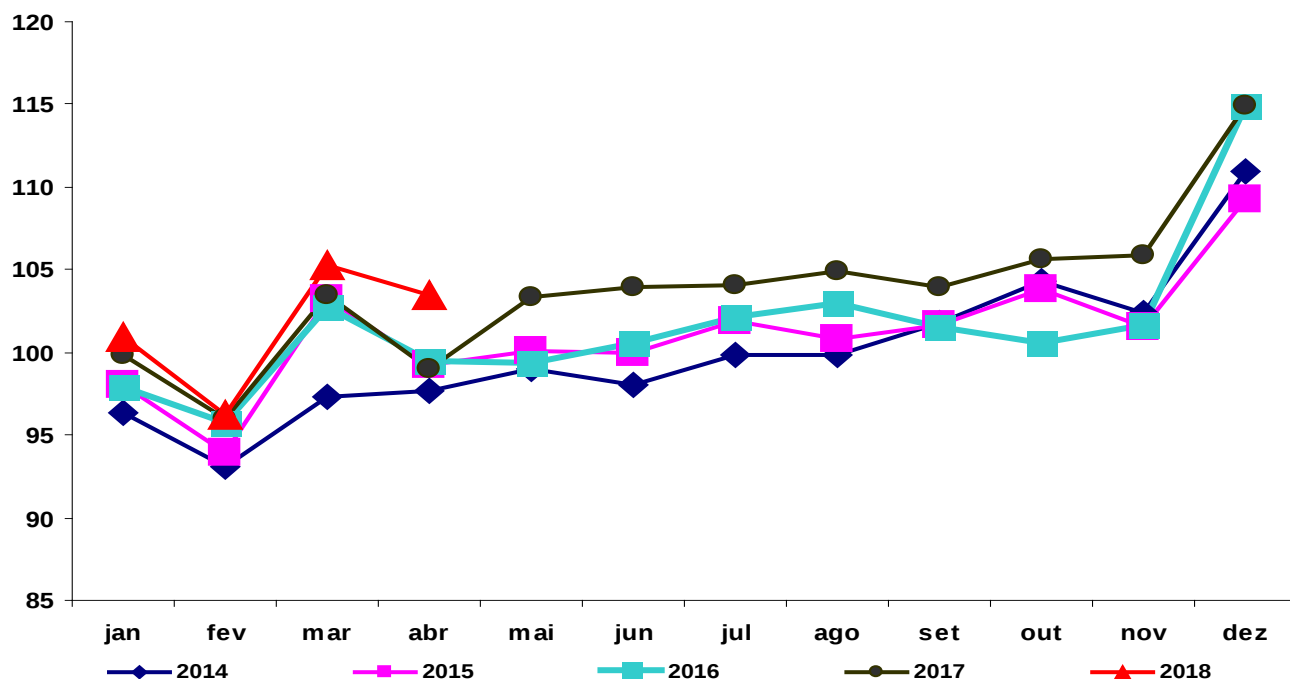
Apesar de ainda encontra-se em patamar baixo o comércio varejista segue em recuperação, podendo, todavia alguns percalços ocorrer ao longo do período.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Abril/2018) – IBGE

Fato

No mês de abril o *setor de serviços* registrou crescimento de 1,0% na comparação com o mês anterior. Frente a igual mês do ano anterior, o *volume dos serviços* cresceu 2,2%. No acumulado do ano a taxa ficou em negativos 0,6% e no acumulado em doze meses negativos 1,4%. No que se refere à *receita nominal*, ocorreu aumento de 0,9% frente ao mês imediatamente anterior, 4,6% no confronto com abril de 2017, crescimento de 1,9% em 2018 e 2,9% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com abril de 2017, quatro dos cinco segmentos apresentaram crescimento no volume de serviços: *Outros Serviços*, 11,4%, *Transportes*, *Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio*, 4,4%, *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 2,7%, e *Serviços Prestados às Famílias*, 0,8%. A queda ocorreu em *Serviços de Informação e Comunicação*, 1,6%. O agregado especial das *Atividades Turísticas* apresentou avanço de 2,2%.

Consequência

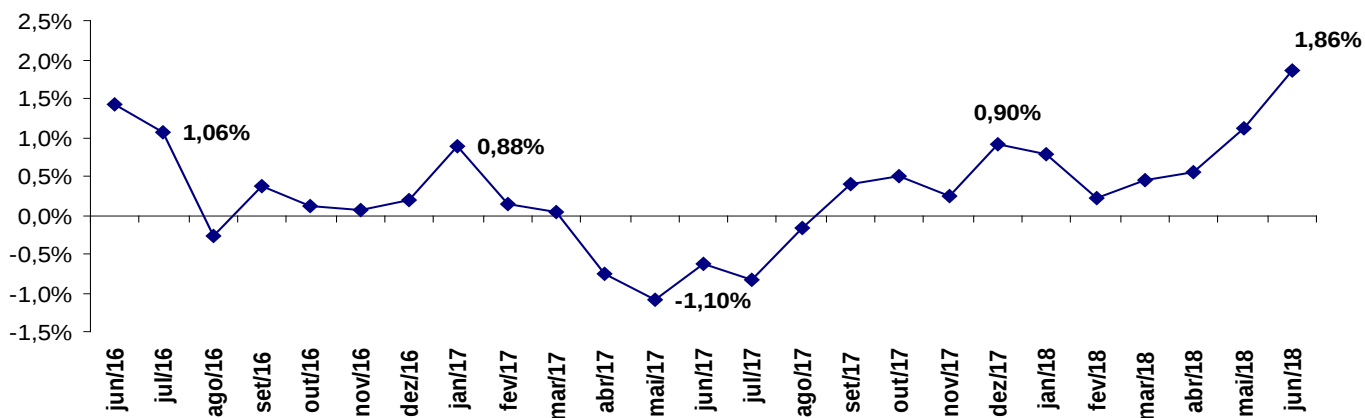
O crescimento no mês espelha a trajetória de recuperação do setor, que deve permanecer nos próximos meses, embora gradual e sujeita a contratempos.

Inflação

IGP-10 (Jun/2018) – FGV

Fato

O IGP-10 registrou variação de 1,86% em junho, crescendo 0,75 p.p. com relação a maio. No acumulado em doze meses à variação é de 6,17%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de junho, dentre os componentes do IGP, o IPA, cresceu 0,95 p.p., apresentando variação de 2,50%. Neste, o grupo que teve o maior aquecimento foram os *Bens Finais*, com variação de 1,80 %, 1,76 p.p. acima do registrado em maio. Contribuiu para esta expansão o subgrupo *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* tiveram variação de 2,84%, 0,33 p.p.

maior do que a de maio, com destaque para *materiais e componentes para a manufatura*. As *Matérias-Primas Brutas* tiveram avanço de 0,70 p.p., com variação de 2,94%, sendo a aceleração foi originada em *aves, milho e cana-de-açúcar*.

O **IPC** registrou a mesma variação de 0,74%, 0,48 p.p. acima da variação do mês anterior. A principal variação no sentido ascendente partiu do grupo *Habitação* principalmente em decorrência da *tarifa de eletricidade residencial*. Também registraram variação maior em junho: *Transportes, Vestuário, Comunicação e Despesas Diversas*. O **INCC** teve aceleração, 0,02 p.p., com aquecimento em *Mão de Obra* e recuo em *Materiais, Equipamentos e Serviços*.

Consequência

Pelo quarto mês consecutivo o **IGP-10** apresentou aquecimento, neste mês com alguma influência da greve dos caminhoneiros que impactou o preço dos *alimentos in natura*.

Inflação

IGP-M (Junho/2018) – FGV

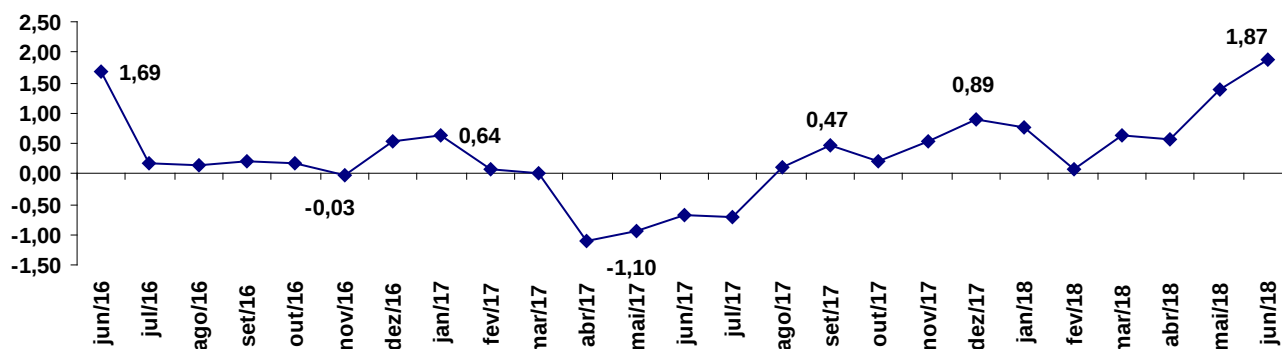
Fato

O **IGP-M** registrou variação de 1,87%, em junho, com avanço de 0,49 p.p. frente ao mês anterior. Em doze meses o acumulado é de 6,92%, e no ano 5,39%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA** que representa 60% na composição deste, teve crescimento de 0,36 p.p., atingindo variação de 2,33% em junho. O maior avanço foi decorrente de Bens Finais, com expansão de 2,31 p.p. no mês e variação de 2,33%, com destaque para *alimentos processados*. Os *Bens Intermediários* apresentaram variação 0,18 p.p. menor, com a maior contribuição descendente em *combustíveis e lubrificantes para produção* e as *Matérias-Primas Brutas* tiveram variação 1,40 p.p. menor e a desaceleração foi decorrente principalmente de *minério de ferro, soja e leite in natura*.

O **IPC** registrou avanço de 0,83 p.p. nos preço, com a principal contribuição ascendente vindo do grupo *Alimentação*, Consequência da maior variação no preço dos *laticínios*. Também tiveram acréscimo em suas taxas de variação os grupos, *Transportes, Habitação, Vestuário e Despesas Diversas*. O **INCC** registrou variação de 0,76%, com avanço de 0,46 p.p., decorrente de aceleração tanto em *Mão de Obra*, 0,73 p.p. e em *Materiais, Equipamentos e Serviços*, 0,13 p.p.



Fonte: FGV

Consequência

O índice apresentou forte aceleração pelo segundo mês consecutivo, registrando também aquecimento nos valores acumulados. O avanço no **IGP-M** deverá ter reflexos em outros indicadores de inflação, uma vez que é utilizado para *reajustes de contratos*, principalmente de *aluguel*.

Inflação

IGP-DI (Maio/2018) – FGV

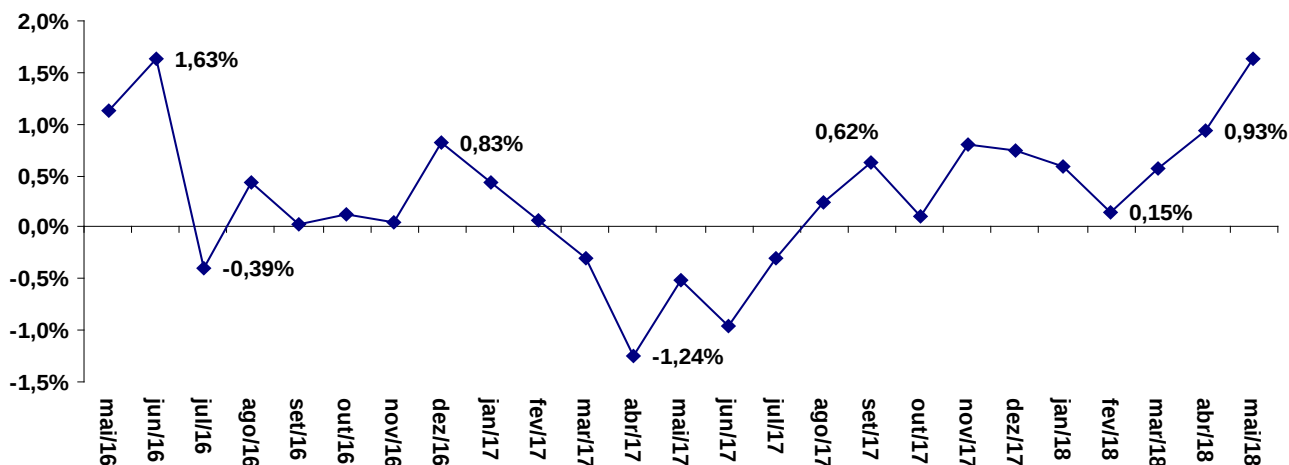
Fato

O *Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna* - **IGP-DI** registrou variação de 1,64% em maio, acelerando 0,71 p.p. frente ao mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 5,20%.

Causa

Na composição do **IGP-DI**, o **IPA** aumentou sua taxa de variação em 1,09 p.p., atingindo 2,35%. Os *Bens Intermediários* foram os principais responsáveis pelo avanço, com crescimento de 1,30 p.p., sendo o principal responsável por este movimento subgrupo *materiais e componentes para a manufatura*. As *Matérias-Primas Brutas* registraram variação 1,12 p.p. maior do que no mês anterior, com destaque para *minério de ferro, aves e café*. Os *Bens Finais* aumentaram a taxa de variação em 0,84 p.p., por conta de *combustíveis para consumo*.

No **IPC** houve aquecimento de 0,07 p.p., decorrente da aceleração nos preços do grupo *Habitação*, em decorrência da maior variação do item *tarifa de eletricidade residencial*, 3,16 p.p. Também apresentaram maior variação: *Transportes e Comunicação*. O **INCC** registrou desaceleração de 0,06 p.p., os *Materiais, Equipamentos e Serviços* aumentaram 0,39% contra 0,31% no mês anterior e a *Mão de Obra* teve variação de 0,10% frente a 0,27% no mês anterior.



Fonte: FGV

Consequência

O **IGP-DI** apresentou forte variação pelo terceiro mês consecutivo, principalmente pelo comportamento dos preços no atacado, podendo impactar os *preços ao consumidor* nos próximos meses.

Inflação

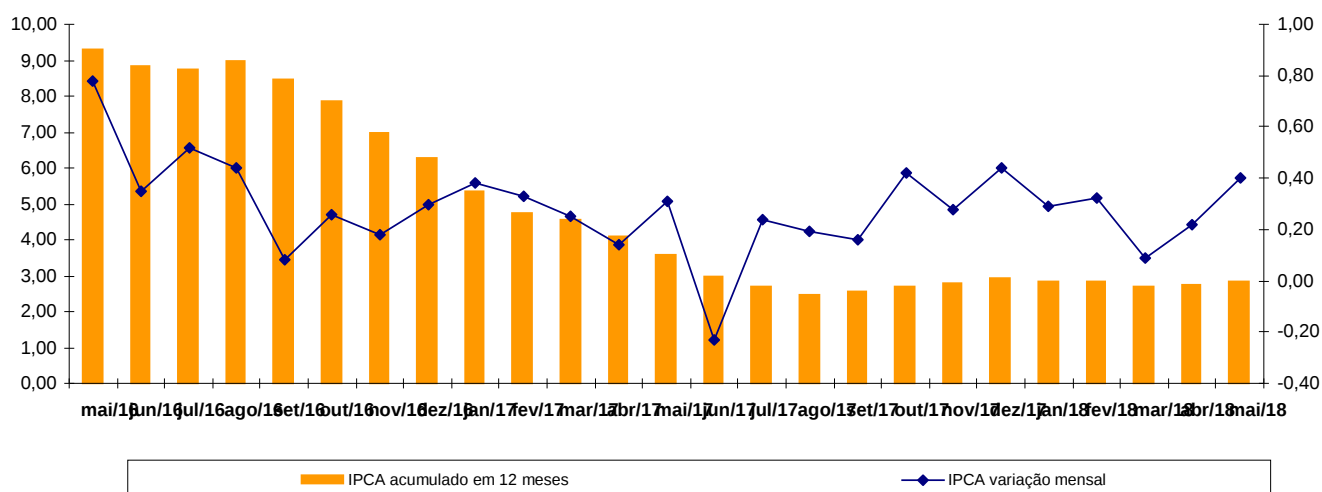
IPCA (Maio/2018) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,40% em maio, 0,18 p.p. acima da variação de abril. O índice acumulado em doze meses é de 2,86%, superior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 2,76%. No ano, o acumulado ficou em 1,33%, o menor para um mês de maio desde a implantação do Plano Real. Em **Curitiba** o índice cresceu 0,36 p.p., registrando variação de 0,44% em maio, 0,98% no ano e 2,99% em doze meses.

Causa

A *energia elétrica* representou a maior contribuição individual no mês, com alta de 3,53% e contribuição de 0,12 p.p. no índice, este fato foi decorrente da entrada em vigor da bandeira amarela a partir de primeiro de maio. Por conta da energia, *Habitação* ficou com o mais elevado resultado de grupo 0,83%. Também apresentaram variação positiva elevada os grupos, *Vestuário*, 0,58%, *Saúde e Cuidados Pessoais*, 0,57% e *Transportes*, 0,40%.



Fonte: IBGE

Consequência

Principalmente em decorrência da elevação da *energia elétrica* no grupo *Habitação*, a inflação voltou a crescer. Para os próximos períodos a expectativa ainda é de continuidade na aceleração.

Inflação

IPCA - 15 (Junho/2018) – IBGE

Fato

O **IPCA – 15** registrou variação de 1,11% em junho, diminuindo 0,97 p.p. com relação a maio. Nos últimos doze meses o acumulado é de 3,68% e no ano 2,35%. Em **Curitiba**, o índice foi de 1,04%, 0,80 p.p. acima do registrado em maio, acumulando variação de 3,77% em doze meses.

Causa

No mês, os grupos *Alimentação e Bebidas*, *Habitação* e *Transportes* apresentaram que juntos representam 60% das despesas das famílias, apresentaram as maiores variações no mês: 1,57%, 1,74% e 1,95%, respectivamente. No grupo *Alimentação e Bebidas* destacaram-se: *batata-inglesa*, *cebola*, *tomate*, *leite longa vida*, *carnes* e *frutas*. No grupo *Habitação* o destaque foi para a *tarifa de energia elétrica* e nos *Transportes* o grupamento dos *combustíveis* foi o principal responsáveis pelo aumento com destaque para *gasolina* com elevação de 0,81%, se configurando no maior impacto individual no mês 0,31 p.p.

Consequência

O forte aumento no mês terá impacto também nos valores acumulados e pode influenciar para uma Política mais conservadora no que tange a *taxa básica de juros*.

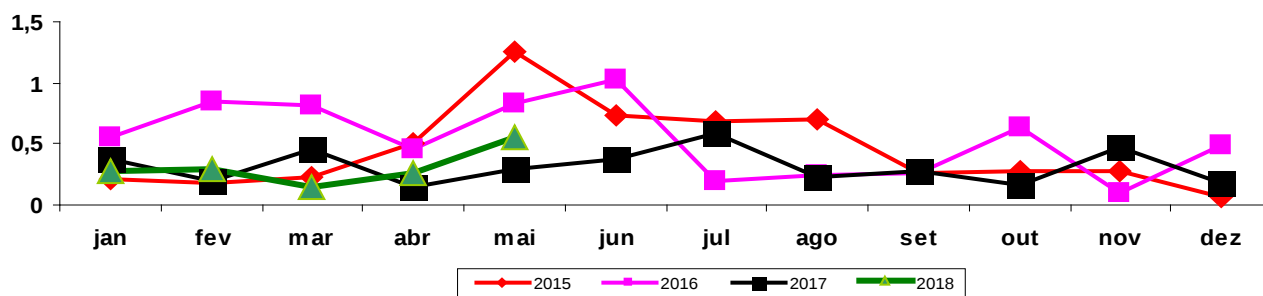
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Maio/2018) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,55% em maio, 0,29 p.p. acima da variação de abril. Em doze meses, o acumulado é de 3,87%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.077,16 em abril, para R\$ 1.083,13 em maio, sendo R\$ 555,64 relativos aos *materiais* e R\$ 527,49 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de 0,47% no mês, 1,14% no ano e de 3,02% em doze meses e o *Custo Médio* atingiu R\$ 1.090,79.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,27%, 0,13 p.p. acima do índice de abril e a componente *mão-de-obra*, avançou 0,49 p.p., passando de 0,37% em abril para 0,86% em maio. No mês as variações regionais foram: 0,26% na Região Norte, 0,48% na Região Nordeste, 0,96% no Sudeste, 0,12% no Centro-Oeste e 0,19% no Sul. Ainda na verificação regional, os *custos* foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.224,38, Sul, R\$ 1.204,84, Norte, R\$ 1.146,92, Centro-Oeste, R\$ 1.167,26 e Nordeste R\$ 1.079,39.

Consequência

O avanço ocorrido no mês foi principalmente causado por pressão exercida por *reajuste salarial* de acordo coletivo realizado em São Paulo.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Maio/2018) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação 2,33% em maio, ficando, portanto, 0,75 p.p. superior à variação do mês anterior e 2,23 p.p. maior do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses a variação foi de 10,45%, maior do que nos doze meses anteriores, 8,05%. No ano o acumulado está em 5,96%, contra 3,55% em abril.

Causa

No mês, as grandes categorias econômicas tiveram as seguintes variações de preços: 1,48% em *bens de capital*, 3,03% em *bens intermediários*, 0,49% em *bens de consumo durável* e 1,59% em *bens de consumo semiduráveis e não duráveis*.

No acumulado em doze meses estas categorias tiveram o seguinte comportamento: os *bens de capital* tiveram crescimento de 7,99%, os *bens intermediários*, 15,49%, os *bens de consumo duráveis*, 3,38% e os *bens de consumo semiduráveis e não duráveis*, 3,02%.

Consequência

Os *preços ao produtor* apresentaram forte variação no mês, decorrente em grande parte da “greve dos caminhoneiros”, devendo assim, exercer maior influência nos *preços ao consumidor final*, ao longo dos próximos meses.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Maio/2018) - BACEN

Fato

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.107 bilhões em maio. A relação entre o *crédito total* e o PIB manteve-se estável no mês e caiu 1,3 p.p. na comparação com maio de 2017. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres* e *direcionados* alcançou 25% a.a. e a *taxa de inadimplência* manteve-se em 3,3%.

Causa

O *volume total das operações de crédito* em abril apresentou expansão de 0,5% no mês e 1,3% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres*, atingiram R\$ 1.618 bilhões, crescendo 1% no mês e 2,1% com relação a maio de 2017. No segmento de *pessoa jurídica*, houve avanço de 1,1% no mês chegando à R\$ 739 bilhões. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* aumentaram 1,0% no mês atingindo R\$ 878 bilhões.

No *crédito direcionado* houve estabilidade no mês e recuo de 3,5% em doze meses, chegando a R\$ 1.489 bilhões. Esse desempenho resultou de acréscimos de 0,1% para *pessoas físicas* e declínio de 0,2% nos financiamentos a *pessoas jurídicas*. As *taxas médias geral de juros* tiveram redução de 0,9 p.p. no mês e 4,5 p.p. em frente ao mesmo mês do ano anterior. A taxa alcançou 39,2% a.a. no crédito livre e 8,5% a.a. no crédito direcionado. Para *pessoa física* a *taxa média de juros* atingiu 31,4% a.a. Nas *pessoas jurídicas*, a taxa chegou a 15,8% a.a.

A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* chegou em 4,0%, com avanço de 0,1 p.p. no mês e 0,3 p.p. no confronto com maio de 2016. A *taxa de inadimplência* manteve-se estável tanto para *pessoas jurídicas* como para *pessoas físicas*, situando-se respectivamente em 2,9% para *pessoas jurídicas* e 3,6% para *pessoas físicas*.

Consequência

O volume de crédito têm se mantido estável na comparação com o PIB nas três últimas apurações, mas tem apresentado variação negativa frente ao meses do ano anterior. Ao longo do ano o indicador deverá seguir neste ritmo, refletindo a *lenta retomada da atividade econômica*.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Maio/2018) - BACEN

Fato

Em abril, as *Transações Correntes* registraram *superávit* de US\$ 729 milhões e a *Conta Financeira* registrou entrada líquida de US\$ 1,2 bilhão. As *reservas internacionais* aumentaram US\$ 2,6 bilhões, totalizando US\$ 382,5 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 322 bilhões, diminuindo US\$ 977 milhões na comparação com o mês anterior.

Causa

Nos últimos doze meses as *Transações Correntes* registraram déficit de US\$ 13,0 bilhões. Os Investimentos Diretos no País somaram ingressos líquidos de US\$ 3,0 bilhões, acumulando US\$ 61,7 bilhões, equivalente a 3,07% do PIB, nos últimos doze meses. A conta de serviços registrou déficit de US\$ 2,7 bilhões no mês. As *despesas líquidas de renda primária* atingiram US\$ 2,3 bilhões no mês, com *despesas líquidas de lucros* da ordem de US\$ 1,6 bilhão e a de despesas líquidas de juros US\$ 797 milhões. A *conta de renda secundária* apresentou *ingressos líquidos* de US\$ 239 milhões.

O crescimento das *reservas*, durante o mês de maio foi Consequência, principalmente, de *operações de recompra*, *variações por preços* e *receita de juros*. Em sentido contrário contribuíram as variações por paridades. No mês, a *dívida externa* de médio e longo prazo somou US\$ 258,1 bilhões e a de curto prazo US\$ 64,1 bilhões.

Consequência

Decorrente do *desaquecimento da atividade econômica interna* e da *desvalorização do real* as *Transações Correntes* vem apresentando redução no *déficit*. O clima de *incerteza política* no país e a elevação na *taxa de juros americana* devem trazer reflexos ao *fluxo de capitais* e à *taxa de câmbio*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Maio/2018) - BACEN

Fato

Em maio, o *setor público não financeiro* registrou *déficit primário* de R\$ 8,2 bilhões. No acumulado no ano o *déficit* atingiu R\$ 933 milhões, e considerando o fluxo de doze meses o *déficit* é de R\$ 95,9 bilhões (1,44% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.416,7 bilhões (51,3% do PIB), diminuindo 0,7 p.p. do PIB no confronto com o mês anterior. No ano, a *relação dívida líquida/PIB* registrou redução correspondente a 0,3 p.p. do PIB. O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 39,7 bilhões, no mês, e R\$ 384 bilhões, em doze meses (5,77% do PIB). O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 47,9 bilhões no mês e R\$ 480,2 bilhões, 7,21% do PIB em doze meses.

Causa

Na composição do *déficit primário*, no mês, o *Governo Central*, registrou *déficit* de 11,1 bilhões, por outro lado os *governos regionais* e as *empresas estatais* registraram *superávit* de R\$ 2,2 bilhões e R\$ 668 milhões, respectivamente. Com relação aos *juros apropriados* em doze meses, como *proporção do PIB*, houve elevação de 0,03 p.p. em relação a abril. Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, no ano, a redução foi Consequência da *desvalorização cambial* e do *efeito do crescimento do PIB nominal*, por outro lado a *incorporação dos juros nominais* contribuiu para aumentar esta relação.

Consequência

Como Consequência da *desaceleração da atividade econômica* e de *adoção de políticas expansionistas* num passado recente, o resultado de *déficit tem se repetido nos últimos meses*. Para os próximos períodos é ainda não é esperada recuperação na geração de *superávit primário* nos valores acumulados.